



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, nesta Vila de Coruche, Auditório do Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pela Segunda Secretária Ana Patrícia Caçador Palma (Partido Socialista). -----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Ernesto Cordeiro e Artur Fernando Salgado (Partido Socialista). -----

----- Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues, Liliana Catarina Barroso de Sousa, António Joaquim Soares e Rui Miguel Friezas Aldeano (Coligação Democrática Unitária). -----

----- Abel Manuel de Matos Alves dos Santos e Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche). -----

----- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho - Partido Socialista), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da Branca - Partido Socialista), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Couço - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista). -----

----- Não estavam presentes os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Bernardina Ferreira, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Luísa Pinheiro Portugal e José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista), Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo (Coligação Democrática Unitária), José Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido Social Democrata), Joaquim Duarte (Presidente da Junta de Freguesia da Erra - Partido Socialista) e Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda - Coligação Democrática Unitária). -----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de conformidade com os Artigos 78.º e 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- A Deputada Municipal Isabel Maria Bernardina Ferreira fez-se substituir por José Dionísio, membro a seguir na lista do Partido Socialista.-----

----- A Deputada Municipal Luísa Pinheiro Portugal fez-se substituir por Patrícia Sofia Rosão Tadeia, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de presença de Sérgio Manuel Teles. -----

----- O Deputado Municipal José Fernando Constantino Teles fez-se substituir por Joaquim Guilherme Ribeiro, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de Irina



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

Isabel Ramos Ferreira.-----

----- O Deputado Municipal José Manuel Conceição Meirinho de Jesus fez-se substituir por Francisco Artur Gomes Gaspar, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata.-----

----- O Deputado Municipal Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda) solicitou a sua substituição pelo seu substituto legal, Henrique Mendes Pascoal, (Secretário da Junta de Freguesia da Fajarda), o qual não esteve presente. -----

----- Verificado o quórum, com a presença de vinte e cinco membros, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão às vinte e uma horas e quinze minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**:-----

----- **PONTO UM - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO PARA O CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;**-----

----- **PONTO DOIS - PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTE DA BARCA – NORTE;** -----

----- **PONTO TRÊS - PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTE DA BARCA;** -----

----- **PONTO QUATRO - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DE SANTO ANTONINO NORTE;**-----

----- **PONTO CINCO - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA HERDADE DOS FIDALGOS;** -----

----- **PONTO SEIS - III DECLARAÇÃO DE CORRECÇÃO MATERIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CORUCHE;**-----

----- **PONTO SETE - L.T. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA E.M. - ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;** -----

----- **PONTO OITO - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA 1 DE VALVERDE;** -----

----- **PONTO NOVE - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA DA ARRIÇA;** -----

----- **PONTO DEZ - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA DA MALHA DA ALTA;** -----

----- **PONTO ONZE - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA DOS CARAPUÇÕES;** -----

----- **PONTO DOZE - PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010 (DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO);**-----

----- **PONTO TREZE - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2010;**-----

----- **PONTO CATORZE - I REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2011 POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR;**-----

----- **PONTO QUINZE - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RO-**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

DOVIÁRIO A GRANEL - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL - RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO; -----

----- **PONTO DEZASSEIS - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.** -----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores, Francisco Silvestre de Oliveira, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho e Tiago Portugal Neto Capaz. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-** O Presidente da Assembleia colocou à apreciação a Acta da Sessão Ordinária de 25 de Fevereiro de 2011. -----

----- Foram solicitadas as seguintes alterações à acta: -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues solicitou que na folha cento e oitenta e quatro, linha trinta e três, onde se lê “deveriam” deverá ler-se “deverão” e na folha cento e noventa e sete verso, linha seis, onde se lê “processo” deverá ler-se “projecto”. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a acta. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (quinze do PS, quatro da CDU e dois do MIC) e quatro abstenções - Deputados Municipais António Soares e Luís Alberto (CDU), Mara Coelho (PS) e Francisco Gaspar (PSD), aprovar a presente acta. -----

----- O Deputado Municipal António Soares apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “A minha abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente na sessão”. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “A minha abstenção deve-se ao facto de ter encontrado, na leitura que fiz da acta, algumas incorrecções, nomeadamente ao nível da pontuação e do sentido das frases, que são gerais na acta. Não irei estar aqui a colocar propostas em cima de propostas”. -----

----- **A partir deste momento o Deputado Municipal Osvaldo Ferreira (PS), passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e vinte e dois minutos.** -----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e seis membros.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento da **correspondência** com o registo número vinte e setenta e cinco, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais. -----

----- Seguidamente deu a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Fernando Serafim apresentou, em nome do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, a **Moção** que a seguir se transcreve: -----

----- “Vivemos uma situação em que aqueles que são responsáveis pela governação do país em todos estes últimos anos já não conseguem disfarçar ou ocultar a gravidade dos problemas que o país enfrenta. -----

----- Eles estão aí à vista de todos: o elevadíssimo desemprego; a proliferação crescente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

precariedade laboral; o crescimento das desigualdades e da pobreza; a degradação acentuada da situação social em resultado do ataque aos salários e às pensões dos sectores público e privado e o conseqüente aumento do custo da vida; a prolongada estagnação e retrocesso económico em resultado da destruição do aparelho produtivo, com conseqüências muito negativas no nosso concelho, na região e no país. -----

----- Estes problemas que não são de agora, nem se explicam apenas pela crise do capitalismo internacional, mas resultam de um longo processo conduzido por sucessivos governos de política de direita que aumentaram a nossa dependência económica externa, levaram à redução do investimento público e privado acentuando a debilidade da nossa economia e o ataque a todas as políticas sociais e ao adiamento de resposta nos problemas mais prementes da população nas áreas da educação, da saúde, da justiça e segurança. -----

----- A intervenção externa da chamada Troika, envolvendo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comunidade Europeia (CE), para avaliar a situação económica e financeira do país, agora formulado pelo governo é mais uma decisão contrária aos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, pois pretende fazer recair nos mesmos o pagamento de uma factura cujos custos não são da sua responsabilidade. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Coruche reunida em sessão de 29.04.2011, delibera:--

----- 1.º - Manifestar a sua solidariedade ao povo português pelo agravar da política económica e social e repudiar as eventuais medidas de austeridade já previstas ou a determinar e consubstanciadas em mais cortes nos apoios sociais, nos salários e nas pensões. -----

----- 2.º - Denunciar e exigir que sejam repartidas proporcionalmente por todos as medidas de austeridade e incidir preferencialmente por aqueles que mais ganham e menos pagam como sejam a banca, seguros e grandes empresas monopolistas.” -----

----- A Deputada Municipal Patrícia Tadeia apresentou, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, a seguinte **Declaração**:-----

----- “Saúde.-----

----- Considerando que a Autarquia de Coruche tem feito todos os esforços para que a grave situação ao nível da Saúde na Lezíria seja resolvida, foram solicitadas pelo executivo do PS na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, várias reuniões com a ARS LVT, e com a Senhora Ministra da Saúde, expressando as necessidades de apoio nos cuidados de saúde primários, sobretudo no que se refere ao concelho de Coruche, por ser um concelho territorialmente disperso, em que a periferia da vila está geograficamente distante do centro de saúde, com uma população envelhecida, dependente e que necessita permanentemente de cuidados de saúde.-----

----- É de conhecimento público, anunciado pelo Presidente da Câmara de Coruche, enquanto Presidente do Conselho da Comunidade do ACES da Lezíria II, na reunião deste conselho reali-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

zada em Coruche, que finalmente a reunião repetidamente solicitada veio a acontecer com o responsável nacional pelos cuidados de saúde primários, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Dr. Manuel Pizarro. -----

----- Neste sentido, perante o encerramento da extensão do Biscainho, da suspensão do serviço na extensão de São José da Lamarosa, por inexistência de médico de família. -----

----- E considerando o investimento feito no Centro de Saúde de Coruche, obras de alargamento do SAP, estando desde Junho o Centro de Saúde devidamente equipado e preparado para abrir definitivamente como SUB e que teria como principal função prestar cuidados de saúde primários não só aos utentes do concelho de Coruche mas também servir todo o sul do distrito de Santarém. -----

----- Considerando os últimos dados avançados pelo ACES da Lezíria II, sabemos que a situação de saúde é grave em praticamente todos os concelhos da Lezíria do Tejo, continuamos com cerca de 30.000 utentes sem médico de família, correspondendo a 24% da população inscrita abrangida pelo agrupamento. -----

----- Perante a falta de médicos de família em Coruche e em alguns concelhos do sul do distrito, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Manuel Pizarro, responsável pela Rede de Cuidados Primários a nível nacional, mostrou-se receptivo à resolução deste problema, tendo anunciado a vinda de mais 50 médicos estrangeiros (50 já estão em Portugal) assumindo o compromisso de seis desses médicos incorporarem o ACES da Lezíria e integrarem também o centro de saúde de Coruche. -----

----- O grupo municipal do PS congratula-se com esta decisão, aguardando que seja mais um passo do Ministério para a efectiva abertura do SUB. -----

----- Com a vinda de médicos para o concelho, esperamos que haja condições de abrir o Serviço de Urgência Básico, é nesse sentido que o grupo municipal do PS continuará a insistir, reconhecendo também que a Secretaria de Estado ao realizar acordos com outros países está empenhada em resolver de forma eficaz as lacunas que actualmente existem e que penalizam os cidadãos no acesso à saúde. -----

----- O nosso compromisso é e sempre será com a população, na defesa do acesso ao serviço nacional de saúde para todos e que este deverá cumprir o seu papel, assegurar aos utentes de todos os concelhos mas de forma mais incisiva aos utentes dos concelhos territorialmente distantes e com população extremamente envelhecida, o direito de terem médico de família e acesso rápido a um serviço de urgência. -----

----- Divulgue-se a presente declaração para: -----

----- Comunicação Social local e regional -----

----- Secretaria de Estado da Saúde -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- ACES da Lezíria -----

----- ARS LVT-----

----- Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo.” -----

----- **A partir deste momento o Deputado Municipal Joaquim Duarte (PS), passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e trinta minutos.** -----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros.** -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Queria dizer que fico muito feliz por ouvir aqui esta notícia em primeira mão, mas só há uma questão - não resolve o problema central, que é a falta de médicos. Esperemos que desta vez seja verdade e que não seja apenas mais um criar de ilusões. Lamentamos que, mais uma vez, e à semelhança do que se passou em Alpiarça em 2009, só em vésperas de eleições o PS se lembre de arranjar uma forma de resolver o problema da saúde. -----

----- Vou apresentar a seguinte **Declaração:** -----

----- “Liberdade e democracia, dois valores devolvidos ao povo português através da Revolução de Abril e consagradas pela CRP há exactamente 35 anos. Características que certamente todos os eleitos nesta assembleia compreendem a sua importância.-----

----- Aliás, não resisto e quanto a estes dois valores da República Portuguesa, permitam-me ainda e passo a citar parte do artigo 2.º da Lei fundamental: “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática (...)”. Define ainda o artigo 114.º da CRP, no seu ponto 2, e cito: “É reconhecido às minorias o direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei”.

----- Infelizmente Senhores Vogais, nem sempre é respeitada a CRP e também por isso nos encontramos na actual situação económica e social.-----

----- Exemplo disso é a forma como mais uma vez a maioria PS na Câmara Municipal ignora e desrespeita os artigos por mim citados, senão veja-se: Define a Lei 24/98, de 26 de Maio, o estatuto do direito de oposição. -----

----- Sendo mais objectivo, define o ponto 1, do artigo 10.º dessa mesma lei que passo a citar: “O Governo e os órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais elaboram, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei”. -----

----- Pois bem Senhores Vogais, Março já lá vai daqui a pouco há um mês e o relatório do cumprimento do estatuto do direito de oposição nem vê-lo.-----

----- Mas, Senhores Vogais esta ocorrência não é de todo inocente. Já o ano passado pudemos assistir à tentativa de branqueamento da falta de cumprimento do estatuto do direito de oposição, atitude que mereceu contestação e repúdio por parte do Grupo Municipal da CDU. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Se em 2010 foi difícil disfarçar o incumprimento do estatuto do direito de oposição, este ano é mesmo impossível esconder, tal não tem sido o grau de autoritarismo e incumprimento por parte do PS na Câmara e como tal a forma mais fácil que foi encontrada por estes foi simplesmente não elaborar o relatório, ou ir deixando andar para ver se passa sem criar grande agitação.

----- E os exemplos de incumprimento do estatuto de direito de oposição são muitos: a sonegação constante de informação, a recusa do Presidente da Câmara em entregar à oposição a lista nominal de devedores da água, o não responder em tempo útil a requerimentos colocados pela CDU, nomeadamente ao pedido de informação sobre o protocolo estabelecido entre a Câmara e a Plural S.A., ou até e mais recentemente o famigerado parecer técnico que o Senhor Presidente argumentou ter em seu poder para celebrar o protocolo com a empresa “Apelo à Razão”.

----- Ainda quanto a estes dois exemplos e para que se tenha a perfeita noção do autêntico desprezimento e desrespeito pela oposição, informo os Senhores Vogais que foi entregue pela CDU na Câmara Municipal a 16 de Março dois requerimentos; um primeiro a solicitar cópia dos documentos que atestam a veracidade do combustível fornecido à Plural S.A. e um segundo requerimento onde se solicita a cópia do parecer técnico em que se baseou a celebração do protocolo com a “Apelo à Razão”.

----- Mais de um mês passou e até ao momento nada.

----- Não há o mínimo respeito pela oposição, aliás chega-se ao cúmulo de nós, eleitos desta Assembleia, recebermos a ordem de trabalhos para esta sessão com assuntos que ainda nem tinham sido discutidos ou aprovados em sessão da Câmara.

----- Esta atitude para além do mais é uma desconsideração para com todos os munícipes que depositaram o seu voto na CDU e assim elegeram os eleitos nesta sala.

----- Faço hoje esta intervenção em representação do Grupo Municipal da CDU, por considerarmos que este comportamento de estilo ditatorial é inqualificável, devendo esta Assembleia estar informada e manifestar-se contra este tipo de comportamentos que apenas encontram possível comparação com as posições e comportamentos de Alberto João Jardim.

----- Este é o estilo da maioria PS na Câmara Municipal, no entanto esta Assembleia tem a obrigação de exigir a legalidade e o respeito pelo estatuto do direito de oposição, afinal é este o órgão deliberativo da Autarquia e compete-nos a nós eleitos fiscalizar a actividade da Câmara e não o contrário.”

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: A minha intervenção prende-se com o Conselho Municipal de Segurança. Como os Senhores Deputados sabem, a última reunião ocorreu a 22 de Outubro de 2010, há seis meses. Nessa reunião foi eleita uma mesa, conforme estabelece o seu Regulamento.

----- Recordo que as reuniões do Conselho Municipal de Segurança deveriam ter uma periodi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

cidade, no mínimo, de três em três meses e, também, de acordo com o mesmo Regulamento, pode reunir sempre que necessário. Recordo ainda que o Presidente do Conselho Municipal de Segurança tem a responsabilidade de convocar as reuniões e de dinamizar o seu funcionamento, sendo o presidente do órgão o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Ainda não há acta desta reunião, aliás, como não há actas de nenhuma outra reunião nestes dez anos que leva o Conselho Municipal de Segurança. É mais um daqueles órgãos que é instituído para uma mera contagem estatística e que só reúne quando convém. -----

----- No seguimento da intervenção anterior, é mais um exemplo da forma enviesada como se respeita e como deve o acontecer no poder local na Câmara Municipal. Deverá um funcionamento democrático e transparente. Se se instituem órgãos, ainda que consultivos, eles devem funcionar, sob pena de entendermos que não vale a pena fazermos esforços para participar nas reuniões, porque eles só reúnem quando lhes convém. -----

----- Esta minha intervenção é mais uma chamada de atenção para o funcionamento anómalo sobre esta matéria, como noutras que já aqui foram citadas. Acho que é uma situação muito preocupante. -----

----- Creio que o Senhor Presidente da Câmara lida muito mal com as opiniões divergentes e com a oposição que legitimamente questiona e procura obter informação. Devia ser uma questão normal, mas é tratada e gerida da forma como já aqui foi dita, e que eu classifico de inqualificável. Pura e simplesmente não se responde, é o desprezo absoluto pelos direitos da oposição. -----

----- A Deputada Municipal Liliana Sousa referiu: Queria deixar aqui uma nota prévia e que vai ao encontro daquilo que os meus camaradas estiveram a dizer. Os documentos de Prestação de Contas e o Relatório de Gestão só chegaram às minhas mãos, pelo correio, ontem, para o Grupo Municipal da CDU. Para além de denotar ainda alguma desorganização, convenhamos que também atenta contra o nosso direito de oposição. Já não falamos no que é escrupuloso, mas, pelo menos, que sejam enviados algum tempo antes para que possamos tratar a documentação. Entendo que possa ter ido para o correio antes. Mas então que se arranje outra forma e que se entregue em mão, para que possamos trabalhar documentos desta envergadura. -----

----- Passo, de seguida, a apresentar, em nome do Grupo Municipal da CDU, a seguinte **Saudação:**-----

----- “O Povo português, após quase meio século de ditadura fascista, pôs em marcha a Revolução, deu combate firme aos golpes e à sabotagem política e económica contra a jovem democracia, nacionalizou a banca e os grupos económicos, pôs fim ao capitalismo monopolista de Estado, realizou a reforma agrária entregando a terra a quem a trabalha, construiu o Poder Local democrático e conquistou direitos para os trabalhadores. Uma Revolução inacabada, mas uma Revolução que alterou e melhorou profundamente as condições de vida do povo, pôs fim à Guer-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

ra Colonial, valorizou o papel do trabalho e dos trabalhadores, reconheceu liberdades, direitos e garantias ao povo português, e que foi em si mesma uma afirmação de dignidade e soberania nacional. -----

----- A Revolução deixou a sua marca indelével na Constituição da República Portuguesa. Nela se consagrou o direito ao trabalho para todos; o direito a um Salário Mínimo Nacional; o direito à segurança social; o direito à saúde, através de um serviço nacional de saúde universal e geral, hoje cada vez menos gratuito. Nela se inscreveu, como prioridade, promover a justiça social, operando as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento e o combate às assimetrias entre o litoral e o interior. -----

----- Passados 35 anos de alternância governativa entre o PS e PSD com ou sem CDS, partidos esses submissos aos interesses do grande capital, que têm imposto sempre, ao povo português, constantes sacrifícios e o agravamento das suas condições de vida, deixando de barriga cheia os maiores responsáveis pela crise com que o país se debate, o resultado está à vista. -----

----- Querem fazer-nos crer que estamos à mercê do FMI, mas não é certamente por essa via que veremos os nossos problemas resolvidos, antes pelo contrário, Portugal ficará mais endividado e a sua soberania ficará gravemente afectada, uma “ajuda” que é, na realidade, uma inge-
rência, um assalto ao país, aos trabalhadores e aos seus direitos. -----

----- Citando José Mário Branco, no seu monólogo FMI, “Vão te convencer que a culpa é tua e tu sem culpa nenhuma!” -----

----- É certo que todos os dias nos dizem que é inevitável, mas também durante meio século nos foi dito isso mesmo e no entanto muitos foram os que com coragem e determinação lutaram contra a resignação, sofreram na pele os horrores da ditadura fascista mas acabaram por vencer e afirmar um rumo diferente para Portugal. -----

----- Muitos foram os que no concelho de Coruche, resistiram e que ajudaram a construir Abril, hoje devem ser aqui recordados e homenageados. -----

----- Para romper de vez com o rumo de declínio nacional que atravessamos é cada vez mais pertinente defender e afirmar os valores de Abril! É tempo de respeitar, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República. -----

----- Comemorar Abril, não são falsos cravos ao peito, discursos de rendições conformistas e políticas centrais e locais de destruição dos direitos fundamentais e de destruição do próprio poder local. -----

----- Abril é mais do que uma efeméride ou uma página de um livro da escola, é o rumo que o povo português escolheu para si, é a solução para um Portugal livre, soberano, justo e fraterno. --

----- Assim como o 25 de Abril também o 1º Maio se reveste de especial importância pois é o Maio dos trabalhadores. O Maio daqueles que se recusam a abdicar dos seus direitos, conquista-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

dos por inúmeras gerações de trabalhadores. -----

----- O Grupo Municipal da CDU saúda nesta Assembleia o 37.º Aniversário do 25 de Abril, saúda os Resistentes antifascistas do concelho de Coruche, os militares que protagonizaram o levantamento militar e o povo que o transformou em Revolução, saúda esse acontecimento maior da nossa história e saúda, ainda, o 1º de Maio - Dia do Trabalhador e todos os que têm a coragem de lutar e resistir por um Portugal melhor. -----

----- Viva o 25 de Abril.-----

----- Viva o 1º de Maio.”-----

----- **A partir deste momento a Deputada Municipal Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo (CDU), passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e quarenta minutos.**-----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros.**-----

----- O Deputado Municipal Ernesto Cordeiro afirmou: A minha intervenção é mais uma crítica à situação actual que vivemos no país. Nós sabemos que temos de recorrer ao FMI ou a outra qualquer entidade que nos forneça o dinheiro necessário para que o país possa salvar-se da falência total. Pensa-se que Portugal se consegue desenvencilhar daqui sozinho? A suposta esquerda, que deveria ser realmente uma esquerda profunda e uma esquerda entendida no assunto, alia-se à direita para rejeitar as opções que foram tomadas pelo governo para que se pudesse sobreviver a esta situação sem grandes sobressaltos.-----

----- Vejamos. Nós temos uma pequena Assembleia, mas tem tanta importância como tem a Assembleia da República, porque temos os nossos direitos e os nossos deveres. Muitas vezes fala-se aqui do povo, fala-se da reforma agrária, fala-se de todas essas situações, mas no fundo isso foi feito tudo à revelia. Nós não temos uma reforma agrária, nunca tivemos, tivemos sim a oportunidade de muitos que não tinham nada e conseguiram sobreviver e vencer os desgraçados dos trabalhadores. Os que orientavam encheram os bolsos à conta dos que trabalhavam. Também conheço casos, e não é mentira nenhuma, de pessoas que tinham uma pequena parcela de terreno que foi ocupada. Eram rendeiros, tiraram-lhes as terras, gastaram o dinheiro e venderam as vacas. E fizeram tudo isso para quê? Pela ganância, não era a ganância do poder, era a ganância da riqueza, o que arranjarão não conseguiam de outra maneira. Isto é uma realidade e temos que encarar. -----

----- Foi feita praticamente num dia uma lei para que os professores não fossem avaliados. Destruuiu-se o trabalho que o governo vinha fazendo nos últimos cinco ou seis anos. Acontece que felizmente essa lei foi revogada porque o Tribunal Constitucional achou que era inconstitucional. E lá tivemos, mais uma vez, a suposta esquerda unida à direita para derrubar aquilo que o PS estava a fazer bem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Em Coruche acontece exactamente o mesmo. Eu considero a esquerda de Coruche como uma suposta esquerda. Fazem comunicados com grande demagogia e o trabalho é muito pouco. Se repararmos na nossa Câmara Municipal, o que é que têm feito? Ao desenvolvimento que Coruche tem tido, às inaugurações que se têm feito, ao trabalho que se tem realizado, a suposta esquerda responde com ataques e críticas ao executivo. Por isso eu digo, nós assim não vamos a bom termo. Só vamos a bom termo se conseguirmos que o PS tenha a maioria e possa governar descansado, com as leis que são precisas, para poder corrigir o mal que se tem feito neste país.---

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Sabemos que terminou agora a época das pinhas e vem aí a da cortiça, pelo que gostaria de falar aqui um pouco sobre isto. Neste caso concreto, relativamente à actuação da GNR de Coruche. Sabendo nós que há uma falta de transporte e de efectivos na GNR, eu propunha mesmo um voto de louvor à GNR de Coruche pela sua acção, policiamento mais activo e dirigido a evitar o roubo de pinhas logo no início da campanha. Foram apreendidas mais de 30 toneladas de pinhas, 15 carros e foram constituídos 27 arguidos, o que levou a alguma desmobilização destes e de outros possíveis autores de futuros roubos. -----

----- Está aí a época da cortiça, produto convidativo ao roubo. Pedíamos à GNR de Coruche mais um esforço no policiamento desta área. -----

----- Também fazia aqui um apelo para que nesta campanha da cortiça que está a começar, e na próxima campanha das pinhas, houvesse um maior envolvimento das entidades oficiais e disponibilidade de mais efectivos. Lançava esse apelo também ao Governo Civil, às Autarquias e às diferentes empresas, sejam elas da área de produção ou da indústria, para se poder ajudar a GNR de Coruche em meios de transporte ou noutros apoios. Assim, com a colaboração de todos, poderíamos diminuir a delapidação desta riqueza nacional que na nossa região são produtos de grande qualidade (a cortiça e as pinhas). -----

----- Proponho que se dê conhecimento desta proposta ao Comandante do Destacamento Territorial de Coruche, ao Comandante do Destacamento Territorial de Santarém, ao Comando Geral da GNR e ao Governo Civil. -----

----- Em resposta ao Deputado Rui Aldeano, por causa da preocupação que tem em relação à empresa “Apelo à Razão”, como já ouvi isso não sei quantas vezes tenho que dizer qualquer coisa. A empresa “Apelo à Razão” tem um protocolo com a RVS e a Câmara Municipal de Coruche para receber valores pelo tempo de antena “Magazine Autárquico”. Este tempo de antena para quem não sabe, se calhar o Deputado Rui Aldeano não sabe, ainda não andava nestas coisas, já vem do tempo da CDU, que geria este concelho e pagava à Rádio. Na altura eu já era director da RVS e Vereador da Câmara Municipal de Coruche. Também, se calhar ele não sabia, mas fica a saber, que era cooperante da Rádio e Presidente da Câmara Municipal de Coruche Manuel Brandão. Nessa altura já se pagava com o mesmo tipo de protocolo e não houve objecção. Não sei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

qual é o problema agora. Quando era Vereador não havia problema, agora que sou Presidente de Junta de Freguesia já há problema do dinheiro sair da Câmara, entrar na empresa e depois dar entrada nas Finanças. Podem, sempre que necessário, pedir as contas da empresa, não há problema nenhum. Agora pôr aqui estas dúvidas, francamente, só na cabeça de quem não sabe nada.

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: A minha intervenção também tem a ver com o Estatuto do Direito de Oposição e o não cumprimento do mesmo e da lei. -----

----- Recentemente fomos obrigados a recorrer ao Senhor Presidente da Assembleia, num último apelo, para que pressionasse o Senhor Presidente da Câmara a cumprir a lei. Apesar de questionarmos o executivo ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, não obtínhamos qualquer tipo de resposta. No seguimento desse ofício, que enviámos ao Senhor Presidente da Assembleia, recebemos um ofício, escrito de uma forma atabalhoada, que de certeza não passou pelas mãos do Senhor Presidente da Câmara, em que se tenta responder em duas páginas a todos os ofícios que durante um ano enviámos ao executivo. Volto a reforçar que não acreditamos que este ofício tenha passado pelo Senhor Presidente da Câmara. De certeza que não deixaria que ele saísse. -----

----- Preocupa-nos que não seja apresentado o relatório sobre o Estatuto do Direito de Oposição. Naturalmente que sendo apresentado também não corresponderia à verdade e, portanto, até preferimos que não seja apresentado. Deixo aqui um último exemplo dessa situação: -----

----- Na última Assembleia anunciámos que iríamos pedir ao Senhor Presidente da Câmara que nos enviasse o contrato e o parecer técnico relativo ao protocolo entre o executivo socialista e a empresa unipessoal “Apelo à Razão”. Isto foi no dia 25 de Fevereiro e depois fizemos o pedido. Já foi aqui referido esta noite que não existe nenhum mal nesse protocolo, mas o que é verdade é que passou este tempo todo e continuamos a não ver o protocolo nem o parecer técnico. Isto viola claramente o Estatuto do Direito de Oposição. Nós temos o direito, segundo esse Estatuto, a questionar o executivo e a solicitar essa informação. Se os documentos não têm nenhum problema e estão conforme, era só isso que nós queríamos ver. Por um lado, não se cumpriu o Estatuto e, por outro lado, continuamos a não saber se realmente estão ou não conforme, porque ainda não os vimos. -----

----- Relativamente à declaração sobre a saúde, este anúncio do Senhor Secretário de Estado sobre a vinda de 6 médicos estrangeiros para ACES da Lezíria II e a congratulação do PS não nos surpreende. Recordo que, há cerca de um ano atrás, o mesmo PS de Coruche também se congratulou e anunciou a abertura do SUB a seguir a uma declaração do Presidente da ARSLVT. Mas o que é verdade é que, quase um ano depois, continuamos sem ter o SUB aberto. -----

----- É verdade que tem havido um esforço por parte do executivo, e acredito que tem havido um esforço por parte da oposição a pressionar nesse sentido, mas também é verdade que as con-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

gratulações do PS ainda não nos levaram a nenhuma realidade. O que nós esperamos é que realmente isto se concretize. -----

----- Em relação ao estado do país, foi aqui referido que o seu mal foi o chumbo do PEC IV. Quero recordar o seguinte: Aquando do PEC I foi anunciado ao país que estavam a ser tomadas medidas para se resolver todos os males. Três meses depois, foi apresentado um PEC II e que desta vez é que era, todos os males do país iriam desaparecer. O que é verdade, é que seis meses depois, tivemos um PEC III e era com o Orçamento de Estado que todos os males do país, de uma vez por todas, seriam resolvidos. Qual não é a surpresa quando aparece o PEC IV. Neste momento, a continuar por aqui, iríamos no PEC V, VI, VII ou VIII e iríamos ver onde o país iria parar. -----

----- Não sei de onde vem essa conspiração tão maléfica. O norte, o sul, a esquerda e a direita, é uma conspiração muito grande. Uma coisa eu tenho a certeza, é que continuar com o PS, depois de uma maioria que nos conduziu à maior taxa de desemprego de sempre, ao deficit mais elevado de sempre, ao maior número de falências de empresas de sempre, à maior precariedade no emprego desde sempre, ao aumento da pobreza no país, ao fecho das urgências de SAP's por todo o país, entre outras conquistas deste governo socialista. Espero que após o dia 5 de Junho não continuemos com estes socialistas. -----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Em primeiro lugar gostava de cumprimentar todos os presentes e aproveitar também a oportunidade, após um período conturbado da minha vida a nível de saúde, para agradecer a todos que directa ou indirectamente me prestaram apoio e solidariedade. -----

----- Quero apresentar, em nome do Grupo Municipal do PS, uma **Saudação ao 25 de Abril**: -

----- “Pensar Abril em 2011. -----

----- Decorreram 37 anos após a Revolução dos Cravos, pensar em Abril é pensar em liberdade, em democracia, em solidariedade, em fraternidade, em igualdade. -----

----- Pensar Abril é reescrever a história de um povo, um povo que viveu amordaçado pelas correntes da ditadura e que ousou gritar -----

----- “há sempre uma candeia dentro da própria desgraça -----

----- há sempre alguém que semeia -----

----- canções no vento que passa. -----

----- Mesmo na noite mais triste -----

----- em tempo de servidão -----

----- há sempre alguém que resiste -----

----- há sempre alguém que diz não.” -----

----- Mas 37 anos passaram, Portugal vive à semelhança do que se passa na Europa e no Mun-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

do, uma das maiores crises de sempre.-----

----- A par de uma crise económica e financeira de que resultou consequentemente uma crise social agravada pela crise política que a irresponsabilidade da oposição criou face à reprovação do PEC IV e que levou ao pedido de ajuda externa, vivemos hoje um pouco por toda a parte, uma descrença enraizada, com níveis de confiança baixíssimos nas instituições e nas organizações a quem compete governar Portugal.-----

----- Pensar Abril, é pois questionar, teorizar, pôr em causa, não só as instituições nacionais, mas também a própria ideia de Europa e de União Europeia.-----

----- A crise política europeia, a pressão das agências de rating, o consequente estrangulamento dos mercados e da banca, são indicadores do fracasso do modelo económico e social neoliberal que assola a maioria dos estados europeus.-----

----- Consideramos pois que ocultar a crise internacional é ocultar a realidade do espaço onde estamos inseridos e é exactamente este modelo liberal que levou ao estado de asfixiamento financeiro e que deve ser repensado à luz dos fundamentos primeiros da criação da União Europeia e dos seus princípios que hoje estão dantescamente a ser violados.-----

----- Pese embora a situação internacional, consideramos que a democracia, apesar de jovem, sempre soube ultrapassar as dificuldades, é em democracia que o povo mais uma vez vai ser ouvido e isso só é possível através da participação cívica, da aproximação e da intervenção junto do poder político.-----

----- Este período tem de ser inevitavelmente o período da discussão, das ideias e das soluções.

----- Não encarar esta realidade, sendo indiferente ao que se passa no país, é ser indiferente às dificuldades do país.-----

----- Mas como disse Jorge Sampaio “esta crise é uma crise que nos exige mais do que porventura estamos à espera. Vamos ter de ser capazes de pôr as contas em ordem e de crescer o necessário para criar riqueza e emprego. Vai ser preciso diminuir o endividamento externo e reduzir as desigualdades sociais. Vai ser fundamental conquistar a confiança dos mercados e evitar conflitos sociais incontrolláveis. Para isso, precisamos de rigor financeiro e de inovação económica, mas também de mais concertação social, sentido de compromisso e redobrada solidariedade e coesão social”.-----

----- Pensar então Abril não só vale a pena, como os princípios de Abril são fundamentais para ultrapassar as dificuldades do presente, um presente que tem de acreditar no futuro, e esse futuro exige responsabilidade e apresentação de ideias que definam de forma clara o cumprimento das prestações europeias, mas também definam o crescimento económico do país.-----

----- Nessa medida, consideramos que só preservando o Estado Social, tal como o conhecemos, é possível responder aos novos desafios, o SNS, a Educação para todos e o sistema públi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

co de segurança social são conquistas de Abril, tão actuais como há 37 anos. Negar o Estado Social é validar o que aconteceu ao sistema europeu, é validar o neo liberalismo que com as suas políticas culminou nesta crise, a pior desde 1929. -----

----- Acreditamos que as vozes que se juntaram e cantaram a liberdade de um povo e de um país, serão também hoje capazes de assumir as suas responsabilidades e enfrentar com confiança os grandes desafios que teremos pela frente, essa responsabilidade está em cada um de nós, em cada cidadão, nas autarquias locais, no poder central, na sociedade civil.-----

----- É por tudo isso que ousamos voltar a dizer:-----

----- Viva a Democracia!-----

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- Viva a Liberdade!”-----

----- O Primeiro Secretário referiu: Como representante da Assembleia Municipal no ACES da Lezíria II gostaria de informar este órgão do que se passou na última reunião. Apesar da reunião não se ter chegado a realizar por falta de quórum, o Senhor Presidente da Câmara prestou algumas informações de relevo e a que a Deputada Municipal Patrícia Tadeia já fez referência na sua intervenção. -----

----- Antes disso, no entanto, gostava de felicitar o regresso da Deputada Municipal Mara Coelho. Permite-me a informalidade para te dizer que para mim é um prazer o teu regresso. Já fazias falta para animar as sessões da Assembleia. -----

----- Pela Deputada Liliana Sousa, foi aqui levantada a questão da entrega extemporânea da documentação. Não estou a duvidar, mas acho estranho o facto de haver documentação que só chegou aos Deputados na Quinta-Feira. A acontecer, possivelmente, ficou a dever-se a alguma falha de distribuição dos correios, porque eu, em Évora, recebi a documentação na Terça-Feira, dia 26 de Abril. Os documentos foram enviados a todos os Deputados na mesma altura. -----

----- Podemos, no entanto, analisar outras soluções, como sugeriu a Deputada Liliana Sousa, para que estas situações não voltem a acontecer.-----

----- Relativamente ao motivo que me levou a fazer a inscrição para intervir, como referi há pouco, enquanto representante da Assembleia Municipal na ACES da Lezíria II, gostaria de informar que a reunião agendada para o dia 14 de Abril, por motivo de falta de quórum, não se realizou. No entanto, informalmente, foi transmitido pelo Senhor Presidente da Câmara que tinha a garantia do Senhor Secretário de Estado da Saúde de que brevemente iriam ser colocados na área deste Agrupamento de Centros de Saúde médicos estrangeiros. Efectivamente, é um sinal de esperança e é um sinal que nos agrada, pois todos reconhecemos que as questões da saúde nos preocupam e gostávamos de as ter visto resolvidas mais cedo. A efectivar-se a colocação destes novos clínicos é para todos nós um sinal de regozijo e uma garantia de que as coisas no futuro irão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

correr melhor e irão ao encontro das nossas necessidades. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Vou intervir sobre uma matéria que me é querida, porque passei por aquela casa, como atleta e como dirigente, durante vários anos. Nos últimos anos vi aquela casa degradar-se e ser um mundo de oportunidade para alguma chicana política. As pessoas deixaram-se arrastar também por culpa de alguns directores que por lá passaram e que não mediram, em tempo, as alterações que houve na legislação das sociedades desportivas. Como toda a gente já percebeu, refiro-me ao Grupo Desportivo “O Coruchense”. -----

----- No dia 25 de Abril, foi feita a inauguração do edifício de apoio ao Estádio Municipal Professor José Peseiro e foi assinado o contrato de comodato com o Grupo Desportivo “O Coruchense”. -----

----- Terminou de uma forma que eu nunca tive dúvidas que ia terminar, ou seja, que esta Câmara iria honrar os seus compromissos e iria limpar o histórico que se arrastava desde 1995, aquando daquela ideia peregrina de fazer o Estádio Municipal no Montinho do Brito. Mais peregrina ainda, quando dirigentes e responsáveis autarcas da altura assumiram que o Estádio ficaria em nome do Grupo Desportivo “O Coruchense”. Estou à vontade para falar porque votei contra essa intenção na reunião que se realizou no Auditório do Pavilhão Desportivo. Enterrou-se muito dinheiro que depois acabou na situação que todos sabemos - cedência daquele espaço, em 2002, à Câmara Municipal, em troca da construção de uma sede para “O Coruchense”. -----

----- Entretanto, tudo isto evoluiu. Cada vez que as Finanças vinham fazer uma auditoria a dívida do clube subia. Era uma autêntica bola de neve que acabou por descambar, atingindo a sala de alguns coruchenses. Eram cerca de vinte que tinham uma dívida astronómica às Finanças.

----- É bom frisar aqui que o actual Presidente do Grupo Desportivo “O Coruchense”, Senhor Ricardo Santos, foi um homem com “H” grande. Tomou o problema em mãos, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara, e encontraram uma solução para que aquelas pessoas não vissem o seu ordenado ou alguns dos seus bens na praça pública. -----

----- Enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Coruche e enquanto coruchense dou os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara. Esteve de uma forma digna. Outra coisa também não seria de esperar. Encerrou um capítulo e eu penso que agora a chicana política já acabou, porque, de facto, não há argumento e qualquer argumento que haja sobre esta matéria é bom que não seja levantado, porque foi indevidamente levantado e houve quem fosse indevidamente injuriado. ----

----- Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Esta Câmara está de parabéns. -----

----- Vou pôr à discussão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e depois a proposta de Voto de Louvor à GNR apresentada pelo Deputado Municipal Joaquim Banha. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Senhor Presidente da Assembleia, antes de colocar à discussão a Moção, gostaria de pedir cinco minutos para a bancada do PS se reunir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

para discutir a Moção. -----

----- O Presidente da Assembleia sublinhou: Eu ia aqui inverter a ordem, primeiro ia pôr à discussão o Voto de Louvor e depois passávamos à discussão da Moção. Daria, então, ao Grupo Municipal do PS os cinco minutos. Estamos de acordo? Alguém tem alguma coisa a dizer? -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Não deixando de reconhecer o papel importante que a GNR teve no que diz respeito ao combate e à vigilância, pondo termo a um conjunto de assaltos nestes últimos tempos, de pinhas e cortiça, quero dizer, no entanto, que vou votar contra essa proposta de Louvor. Desde logo, porque a GNR tem o seu papel definido constitucionalmente. É uma força de segurança que deve zelar pela segurança e pelos bens dos cidadãos, mas não tem como função zelar pelos interesses particulares dos proprietários rurais. -----

----- É bom que reflectamos que estamos num concelho onde há pequenos proprietários, médios proprietários e muito grandes proprietários (particularmente de produção de cortiça e de pinhas) e o que verificamos é que esses proprietários, ou a associação que os representa, deixaram de ter guardas nas suas propriedades, ou empregados, funcionários, lavradores, como lhe queiram chamar. Agora passaram também a reivindicar a segurança dos seus bens à GNR e têm direito a tê-los seguros. -----

----- O que é que nós assistimos? Assistimos a uma contradição. Por um lado, há uma proposta de Louvor porque a GNR interveio e fez um trabalho muito meritório, defendendo a cortiça e as pinhas. Por outro lado, temos discutido aqui as várias queixas de autarcas de freguesia, nomeadamente do Couço, lamentando que não haja elementos da GNR para defender a segurança das populações nos meios urbanos e para cumprir o seu papel. -----

----- Acho que deveríamos ser mais sensatos e mais contidos. Sabemos que houve particularmente diligências e orientações da Senhora Governadora Civil, que é mandatada pelo governo, para procurar encaminhar a GNR nessa direcção, e ainda de outras entidades. Os elementos da GNR foram desviados daquelas que são as suas funções prioritárias. -----

----- Hoje, assistimos a situações caricatas, em que a Câmara, no dia 25 de Abril, foi inaugurar uma pintura e umas portas que foram colocadas no quartel da GNR do Couço. No entanto, não está lá nenhum elemento da GNR e isso é que é preocupante. Acho que este não é o momento, até pela discussão que tivemos há seis meses aquando do Conselho Municipal de Segurança. Parece-me um pouco caricato estar a apresentar um Voto de Louvor à GNR, quando é o próprio Comandante da GNR que diz que não tem meios humanos, nem recursos materiais para dar cumprimento à sua tarefa. -----

----- É uma atitude demagógica, não é sensata e não faz nenhum sentido, daí que eu votarei contra. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Eu queria perceber qual é o texto do Louvor,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

pois não ouvi nenhum texto de Louvor, mas sim um comentário geral a louvar a GNR. Só se pode pôr à discussão e à aprovação um texto concreto. -----

----- Concordo totalmente com o Deputado Municipal da CDU quando diz que a GNR fez a sua missão. Penso que não se excedeu além daquilo que tinha de ter feito. -----

----- Também não percebi e gostaria que fosse explicado para poder votar em cia - apela-se à população para contribuir para que a GNR tenha viaturas? Então isso não é o que o governo do PS, o Estado, tem de garantir? Tudo isto está muito mal explicado, é contraditório e não faz sentido. Como é que podemos louvar uma força de segurança que faz o seu papel, o qual está consagrado na constituição? Por outro lado, apelar às pessoas para contribuírem do seu bolso quando vivem as dificuldades da crise? Qualquer dia vamos nós para a GNR, já que não há efectivos, patrulhar os campos e as pinhas. -----

----- Gostava que o Senhor Presidente da Mesa perguntasse ao Senhor Deputado Joaquim Banha qual é o texto do Voto de Louvor para podermos discutir e votar em consciência. -----

----- O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Queria só tecer algumas considerações porque espanta-me aquilo que continuo a ouvir nesta Assembleia, onde a política está à frente de tudo. -----

----- Independentemente daquele que for o teor do Louvor, é um Louvor que trata de reconhecer o trabalho desenvolvido pelas forças de segurança. -----

----- Quando nós somos pela distinção de mérito dos trabalhadores, então eles não estão a fazer nada mais do que a sua função, porquê ter um sistema de avaliação? Vamos avaliar serviços públicos para quê? Os serviços estão a cumprir a sua obrigação. -----

----- Aquilo que importa saber é se as forças de segurança, com os meios que têm, estão a fazer mais do que é a sua obrigação. É isso que está aqui em causa, mas parece-me que os Senhores Deputados não querem entender. -----

----- Quando me dizem que actuam na salvaguarda dos bens patrimoniais e das explorações agrícolas ou florestais, o que é que me importa a mim? O que interessa é que se está a combater a criminalidade. -----

----- Consegue-se dizer que há criminalidade na vila do Couço e que a GNR está a actuar mais em meio rural. Quais foram os crimes que existiram e em que a GNR não actuou? É preciso falarmos claro e vermos o que estamos aqui a dizer. A GNR só fez a sua obrigação. A sua obrigação depende dos meios que as pessoas têm à sua disposição. Se formos por aí não vale a pena avaliar nada. Todas as pessoas não estão a fazer mais do que a sua obrigação. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Não me custa nada votar um Louvor à GNR. Também já criticámos aqui tantas vezes a GNR. -----

----- O Deputado do PS estendeu-se em considerações e verdadeiramente ninguém percebeu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

qual é o teor do Louvor.-----

----- O Presidente da Assembleia sublinhou: Peço ao Deputado Municipal Joaquim Banha que apresente a proposta de Voto de Louvor.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Eu disse que tendo em atenção a diminuição de efectivos e de transporte da GNR, e se não ouviu volto a repetir, verificou-se um bom trabalho da GNR no concelho no combate ao roubo de pinhas. Depois, proponho um Louvor à GNR de Coruche pela sua acção, policiamento mais assíduo dirigido a evitar o roubo de pinhas logo no início da campanha, tendo com essa acção conseguido apreender mais de 30 toneladas de pinhas e 25 carros e detido 27 arguidos. Este trabalho da GNR levou a alguma desmobilização destes e doutros possíveis autores de furtos de pinhas. O Voto de Louvor é este. É exactamente isto que se vai votar.-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Vou colocar à votação este Voto de Louvor à GNR de Coruche pela forma como actuaram nesta situação da campanha de pinhas, pois assistiu-se a uma grande acção da GNR nesta matéria.-----

----- Apresentado este Voto de Louvor, passo de imediato à sua votação.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (dezoito do PS, dois do MIC e um do PSD) e sete votos contra da CDU, aprovar o presente Voto de Louvor.-----

----- O Deputado Municipal Luís Alberto apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Voto contra este Voto de Louvor porque se está a louvar uma instituição, a GNR, que não dota os seus quartéis de meios, nem de obras.-----

----- Estou solidário com os homens que, em número reduzido, ainda assim conseguem fazer algum serviço.-----

----- Não se pode louvar uma instituição, a GNR, que não presta um serviço público nas devidas condições às populações”.-----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “O meu voto contra não vai contra os militares da GNR, nem contra a sua actuação, mas contra a forma como a instituição está a ser dirigida, nomeadamente no concelho de Coruche, e penso que seja a nível distrital que são definidas as ordens.-----

----- Não concordo com os escassos meios humanos e materiais da GNR e que se dê especial atenção à protecção de um grupo de proprietários, quando as populações, muitas das vezes, ficam desprotegidas e precisam de um sentimento de protecção para que não aconteçam situações vergonhosas como a que aconteceu na ETAR do Couço - aquando da inauguração o posto de transformação já lá não estava”.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Acredito que compete a esta Assembleia fazer o reconhecimento público das forças da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

ordem e que o reconhecimento destas acções também nos permite e nos autoriza a criticar e a exigir quando o devermos fazer. Por isso, o meu voto favorável.”-----

----- O Presidente da Assembleia interrompeu a sessão por cinco minutos a pedido do Grupo Municipal do PS.-----

----- De seguida, colocou à discussão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. ---

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Relativamente à Moção que foi aqui lida pelo Deputado Fernando Serafim, tenho a fazer o seguinte comentário: Todos temos consciência que o país está a atravessar um momento difícil e todos temos consciência, também, que só alguns partidos é que estão a tentar chegar a acordo para resolver esta situação. Todos temos, também, a consciência que esta situação difícil não é só devida aos portugueses. Esta situação deve-se muito às políticas europeias que têm sido desenvolvidas e, obviamente, que os países mais pobres são aqueles que sofrem em primeiro lugar as consequências.-----

----- Em relação à Moção, não tenho nenhuma dúvida que isto é um facto e concordo quando se refere que Portugal está a atravessar um momento difícil, mas as razões que são aqui apontadas parece que não são as mais correctas. Isto é, aponta-se que há um ataque da parte do governo às políticas sociais, educação, justiça e segurança. É evidente que o Governo, ao longo destes seis anos, tem tido a preocupação de olhar para as políticas sociais, olhar para a educação, olhar para a justiça e para a segurança e olhar para outras áreas de governação.-----

----- Também a Deputada Municipal Patrícia Tadeia acabou de ler uma declaração que tem a ver com a saúde no concelho de Coruche e com o esforço que tem sido feito pela Câmara e pelo Governo por forma a melhorar as condições assistenciais de saúde no nosso concelho.-----

----- Em relação à educação, sabemos o que é que o Governo e a Câmara têm feito. Por exemplo, em Coruche e no Couço, o que é que se desenvolveu a nível de construções e ajudas que têm sido dadas. Não há dúvida nenhuma que o Governo, entre outros aspectos, em termos de políticas sociais e de educação tem estado atento e tem desenvolvido trabalho, ao contrário do que é dito na Moção. E o mesmo poderíamos dizer em relação à justiça, à segurança e a outras áreas em que o Governo tem actuado.-----

----- O Grupo Municipal do PS vai votar contra esta Moção, exactamente pelas razões que acabei de apontar.-----

----- O Deputado Municipal Jacinto Barbosa afirmou: Vou votar contra esta Moção, não que não esteja de acordo com muito do seu articulado, mas porque não aceito que à esquerda, esquerda pela qual eu me tenho batido, tenha omissões, que se acobarde e que fuja à luta. Não é assim que se defende os trabalhadores, não é assim que se defende o 25 de Abril, não é assim que se defende o povo. Não se pode encher a boca de povo e depois quando o bicho está na nossa casa nós fugimos dele.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- É isto que me dói e que me faz falar. Quando eu aqui falo em branquear, é ouvir o dirigente principal dizer que nós não vamos. Nós temos que lá estar e dizer na cara daqueles indivíduos aquilo que nos vai na alma, aquilo que é a defesa do interesse do nosso país. Não é fugir. Isto é uma fuga e como eu não aceito fugas, voto contra esta Moção. Voto porque sinto que aqueles que enchem a boca com o povo não estão a fazer um bom serviço. Tenham paciência. Não estão! É um acto de cobardia não ir lá dizer na cara deles aquilo que nós sentimos. Não se pode mandar recados. Nós estamos lá, estamos na nossa casa, estamos na nossa terra. Eles têm culpas, nós também temos muitas, porque tínhamos na nossa cabecinha que não era preciso trabalhar porque éramos todos ricos. -----

----- Desculpem-me empregar o termo Senhores Vogais. Não me dá jeito dizer Deputados - “lá vem o galo a querer ser pavão”. Desculpem. Para mim é Vogais e penso que não é desonra nenhuma. -----

----- A esquerda fugir desta maneira, não se conseguir entender e, infelizmente, ainda para mais, lembrar-me que o “Santa Comba-Dão” já apontava isso - faço “gato-sapato” que eles nunca se vão entender. Quer o Partido Socialista, quer o Partido Comunista, que aqui se apresenta sempre como CDU e também me espanta esconder o nome. Não vale a pena, não escondam - é PCP. Hoje já não há orgulho nisso? -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Começo a minha intervenção exactamente por aquilo com que o Senhor Deputado que me antecedeu terminou. Acho que no estado em que estamos, haver partidos que se alheiam de uma discussão sobre o país, de apresentar propostas, de discutir, de defender o país no sítio certo, não estão com essa atitude a ajudar o país, nem estão a cumprir aqueles princípios que têm na boca - que é o 25 de Abril, a defesa da liberdade e a defesa do país. -----

----- Gostei imenso de ouvir o que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Coruche. Nós temos obrigação de participar e de se sermos interventivos na discussão. -----

----- Relativamente à Moção que aqui foi apresentada pela CDU, tenho concordância com algumas das coisas referidas, nomeadamente, quando se fala na justiça social. Acho que é fundamental, em liberdade e em democracia, garantirmos a justiça social, garantirmos a todos o acesso à saúde e à educação, independentemente dos recursos e da sua capacidade financeira. Isso é a base da nossa democracia. Temos de ser capazes de o conseguir e de o garantir. Naturalmente que não poderei estar mais de acordo com isso. O nosso país tem que garantir o acesso a todos, independentemente da sua situação financeira, àqueles que são os direitos essenciais da população. -----

----- Também concordo quando a Moção da CDU refere que a despesa com esta situação tem de ser repartida. Concorde plenamente com a CDU. Devem ser aqueles que mais beneficia-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

ram com esta situação e aqueles que nos conduziram ao ponto a que se chegou os mais responsabilizados. -----

----- Grande parte do que se passa no nosso país (e noutros países) teve a ver com financiamento de bancos e grandes instituições financeiras. No nosso caso, ouvimos falar todos os dias que o BPN contribuiu para o deficit do país. Naturalmente que eu acho que essa comparticipação deve ser daqueles que mais beneficiaram desta situação. -----

----- Não podemos esquecer, e volto a dizer o que disse inicialmente, que não podemos aliar-nos do problema do país, disparar em todos os sentidos, e não assumirmos quota-parte da resolução e nenhuma responsabilidade sobre este assunto. Esse é o papel mais fácil, é o da avestruz. Nós não temos nada a ver com isso, nós estamos aqui só para criticar e não temos nada a dizer. -----

----- Conhecemos a situação do nosso país. É uma situação comum na Europa e há mais três países do sul da Europa na mesma situação. Não é, ao contrário do que se diz muitas vezes, uma situação generalizada. A Alemanha teve um bom crescimento económico o ano passado. Na União Europeia, ainda hoje, foram apresentados dados, Por exemplo, a nível do desemprego existem taxas muito abaixo da nossa. Nós somos o país da Europa com a maior taxa de desemprego. Não podemos dizer que o mundo nos acompanha. São quatro países do sul da Europa e, por coincidência, tinham todos governos socialistas. -----

----- Acho que a Moção da CDU por se auto-excluir da resolução do problema e disparar em todos os sentidos, em vez de assumir a quota-parte, não pode ter o meu voto favorável. -----

----- Acho que saudar o 25 de Abril e dizer viva o 25 de Abril é, neste momento, defendermos todos o nosso país e olharmos para a frente em vez de andarmos aos tiros uns aos outros. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a Moção à votação. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos contra (dezoito do PS e um do PSD), sete votos a favor da CDU e duas abstenções do MIC, não aprovar a presente Moção. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues iniciou a apresentação da sua declaração de voto. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Senhor Deputado, isso não é uma declaração de voto. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Se me quer retirar a palavra, retire a palavra, mas deve é ter um critério igual para todos. -----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: O que o Senhor está a fazer é uma nova intervenção à sombra da declaração de voto. Não sendo declaração de voto não constará em acta. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto a favor desta Moção porque penso que vai no sentido de obrigar os partidos pre-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

sentes nesta Assembleia a definirem as suas posições em termos de assumirem responsabilidades pelo estado a que o país chegou. Reivindica, também, um rumo alternativo à Troika e à não destruição do estado social.-----

----- Voto a favor porque acredito que não é a destruição do estado social, a entrega do país à especulação e o seu endividamento constante, que será o melhor para o meu país. Infelizmente outros não pensam assim.”-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei contra porque, de facto, não tem razão de ser esta Moção. Põe-se tudo em causa, mas no momento certo a CDU fugiu à discussão com o FMI.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **PONTO UM - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO PARA O CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-** De conformidade com o n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, procedeu-se à eleição, por voto secreto, do representante e do substituto do representante das Juntas de Freguesia do Concelho para o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo participado vinte e oito Deputados Municipais.-----

----- Foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- Representante: -----

----- António Vaz da Venda, Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - dezoito votos.-----

----- Francisco Guilherme Godinho, Presidente da Junta de Freguesia da Branca - seis votos.--

----- Ilídio António Martins Serrador, Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda - três votos.

----- Votos Brancos - um voto.-----

----- Foi eleito “Representante das Juntas de Freguesia do Concelho” António Vaz da Venda, Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa.-----

----- Substituto do Representante: -----

----- Joaquim Gonçalves Banha, Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - dezasseis votos.-----

----- Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - quatro votos.-----

----- Francisco Guilherme Godinho, Presidente da Junta de Freguesia da Branca - dois votos.--

----- Joaquim Duarte, Presidente da Junta de Freguesia da Erra - dois votos.-----

----- António Vaz da Venda, Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - dois votos.- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Votos Brancos - um voto.-----

----- Foi eleito “Substituto do Representante das Juntas de Freguesia do Concelho” Joaquim Gonçalves Banha, Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato.-----

----- **PONTO DOIS - PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTE DA BARCA - NORTE:-** Foi presente o ofício n.º 3526, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Plano de Pormenor da Zona Industrial do Monte da Barca - Norte, que foi aprovado por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Permitam-me um pequeno lamento pelo facto de não me ter sido concedida a palavra no “Período de Antes da Ordem do Dia”. Provavelmente, teria ajudado a esclarecer algumas questões que foram levantadas e também algumas intervenções mais inflamadas e infundadas.-----

----- Espero que o Presidente da Câmara, em virtude de várias tentativas da oposição em sessões anteriores, não passe a estar impedido de usar da palavra ou de prestar esclarecimentos. Alguns partidos aqui presentes, pouco democráticos, têm tentado condicionar a Mesa, por diversas vezes e por diversas formas, no sentido de não ser dada a palavra ao Presidente da Câmara. Espero que a Mesa mantenha a isenção, a elevação e que as discussões possam desenrolar-se de forma democrática.-----

----- Os pontos que vamos tratar têm a ver com três Planos de Pormenor e um Plano de Urbanização que estão a ser trabalhados há vários anos.-----

----- Em Novembro passado houve uma reunião na CCDRLVT com várias Câmaras Municipais, tendo sido sugerido que aproveitássemos o período das chamadas medidas transitórias antes da entrada em vigor do PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território, o qual entrará em vigor a partir do dia 30 de Abril de 2011. Com a sua aprovação, outras normas e outros princípios legais serão impostos e todo o trabalho feito no seguimento da legislação em vigor se perder.-----

----- Acordou-se que havia quatro planos que estavam em desenvolvimento no concelho de Coruche e que poderiam ser acelerados no sentido de os concluir até 30 de Abril. Hoje, estamos a propor à Assembleia três Planos de Pormenor da iniciativa do Município e um Plano de Urbanização que é assumido também pelo Município, mas tem um promotor privado.-----

----- Relativamente ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do Monte da Barca - Norte, tem a ver com um projecto que já trouxemos à Assembleia, há cerca de dois anos, com o qual procuramos fundamentar a criação de um parque empresarial que possa permitir o crescimento da ac-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

tual Zona Industrial. Esta Assembleia já concordou em contrair-se um empréstimo para aquisição de toda a área em frente à fábrica do “Arroz Cigala”, entre a rotunda do Monte da Barca, o canal de rega, a estrada que vai de Coruche para Montemor e a estrada de Coruche para Lisboa. São cerca de 56 hectares.-----

----- Aproveitando esta intervenção, procurámos também dar validade ao espaço que é hoje o “Arroz Cigala”, mas que o PDM de 2000 não incluiu como Zona Industrial, continuando a ser área de Reserva Agrícola. Há também um outro terreno da empresa “Cecílio” que, neste momento, está a construir uma fábrica entre o canal de rega e a actual Zona Industrial, mas que não era propriamente um lote industrial.-----

----- O Plano de Pormenor fez o seu percurso e penso que está devidamente fundamentado. Tivemos de obter pareceres diversos, desde a Direcção Geral da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Hidráulica, relativamente à desafecção deste terreno e daquilo que é o perímetro agrícola e também da REN. Tendo em conta todos estes pareceres, que foram favoráveis, estamos hoje em condições de avançar com a concretização deste Plano de Pormenor.-----

----- Depois de aprovado pela Assembleia, comunicaremos às autoridades a sua aprovação para depois podemos concretizar o negócio através de um processo de expropriação (que espero seja amigável).-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara.-----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Pormenor da Zona Industrial do Monte da Barca - Norte, nos termos do disposto no artigo 79.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO TRÊS - PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTE DA BARCA:-** Foi presente o ofício n.º 3527, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Plano de Pormenor da Zona de Expansão da Zona Industrial do Monte da Barca, que foi aprovado por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: O Plano de Pormenor da Zona de Expansão da Zona Industrial do Monte da Barca tem a ver com um território mais pequeno, inclui todo aquele terreno onde está a “Corticeira Amorim”, os terrenos que ficam nas traseiras, bem como as empresas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

“M. Caçador” e “Equipar”. -----

----- Este terreno ainda não tinha sido loteado, apesar da empresa “Amorim” ter obtido, em 2000, uma autorização da CCDRLVT para começar a laborar. Também com a Câmara Municipal foi celebrado um contrato de arrendamento para que pudessem instalar a fábrica, a qual tem estado a funcionar “de forma provisória”. Era preciso dar legalidade a este processo, constituindo um loteamento, o qual estava a sentir algumas dificuldades de aprovação, porque era preciso desafectar da Reserva Ecológica uma pequena vala, onde só corre água quando chove muito. -----

----- Desde que tomámos posse, no princípio de 2002, tivemos de comprar o terreno. A própria Câmara tinha alugado aquele terreno à empresa “Amorim”, mas o mesmo não era sua propriedade. Foi preciso falar com os Salesianos para comprar o terreno e depois fazer todo este trabalho do Plano de Pormenor, que permite agora vender o lote à empresa “Amorim” e permite a constituição de outros lotes. Esperemos que eles venham a ser ocupados brevemente, dando resposta a alguma procura que temos de pequenos lotes neste mesmo território da Zona de Expansão da Zona Industrial do Monte da Barca. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputado Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Pormenor da Zona de Expansão da Zona Industrial do Monte da Barca, nos termos do disposto no artigo 79.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO QUATRO - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DE SANTO ANTONINO NORTE:-** Foi presente o ofício n.º 3528, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a Revisão do Plano de Pormenor de Santo Antonino Norte, que foi aprovado por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Estamos a falar daquele território que fica entre a estrada de Santarém e a entrada norte, desde o Tribunal, a Escola Primária, as traseiras destes edifícios, a Rua do Leão e a Rua do Cemitério. Uma parte está ocupada por urbanizações e diversos arruamentos urbanos e há um território que não está urbanizado que fica nas traseiras, sobretudo na Rua do Leão, que continua depois a norte com a Rua do Cemitério. -----

----- Foi também um processo demorado. É um processo que levanta questões complicadas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

ponto de vista daquilo que será o ordenamento do território. Não sendo a solução definitiva, é um princípio para se encontrar maneiras de urbanizar aquele terreno.-----

----- Tem havido alguma pressão dos proprietários dos terrenos para terem possibilidades de fazer os seus lotes e construir. Espero que essa pressão continue e que aquele território se torne numa verdadeira urbanização.-----

----- Esta gestão do território tem de ser acompanhada muito de perto, pois vai originar o chamado sistema de perequação. Alguns proprietários têm de compensar outros e, eventualmente, outros terão direito a construir ou a dispor de lotes, não propriamente daquilo que é hoje o seu território, mas de um território contíguo, já que nem todos os terrenos permitirão fazer lotes para urbanizar e a definição dos arruamentos não corresponderá exactamente àquilo que é hoje o artigo que cada um possui. Temos vários terrenos que são tiras muito estreitas desde a estrada de Santarém até à Rua do Cemitério. É impossível imaginar um loteamento em que cada um fica com os seus lotes implantados exactamente no seu território.-----

----- Durante o período de discussão pública só houve um pedido de explicação por parte de um proprietário, e que resultou de uma má interpretação. O lote de terreno define comércio/habitação e o proprietário entendeu que tinha de ter as duas coisas no seu lote, mas não é assim, pode usar o lote para comércio ou para habitação.-----

----- Podemos aprovar o Plano de Pormenor e depois o processo vai sendo feito a pouco e pouco.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara.-----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade:-----

----- Aprovar a Revisão do Plano de Pormenor de Santo Antonino Norte, nos termos do disposto no artigo 79.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99.-----

----- Desafectar do domínio público as áreas cuja desafecção seja necessária para a execução do Plano.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO CINCO - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA HERDADE DOS FIDALGOS:-** Foi presente o ofício n.º 3529, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Plano de Urbanização da Herdade dos Fidalgos, que foi aprovado por maioria, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

dente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: É um plano já com alguns anos, pelo menos de intenção. Lembro que era Vereador na Câmara, em 1996/1997, e já se falava da hipótese do Plano de Urbanização da Herdade dos Fidalgos. -----

----- É um plano impossível de implementar a curto prazo, porque antes tem de passar por planos de pormenor, e do ponto de vista do investimento, é impensável alguém realizar um investimento deste género num único momento. -----

----- É um plano que tem a qualidade de pensar a herdade no seu conjunto, onde as diversas peças se encaixam harmoniosamente. Há aproveitamento das barragens para actividades náuticas e de lazer, há um aumento da área de vinha na tentativa de aumentar a produção de vinho e a criação de uma adega, há uma área destinada a golfe, há uma área destinada a habitação e há uma área destinada a hotelaria. Não se perde, no entanto, a vocação da actual herdade, que é a actividade silvícola, pastoril e agricultura. As áreas de sobreiro são absolutamente reservadas, não está previsto corte de sobreiros, mas sim uma intervenção no sentido de preservar o montado de sobreiro. -----

----- É um processo que passou por algumas vicissitudes e ultimamente obteve o parecer desfavorável da ANA, entidade que gere as intenções do futuro aeroporto, com uma leitura com a qual nós não concordamos. A ANA é uma entidade à qual se pede parecer, mas o mesmo não é vinculativo. Os técnicos municipais, os projectistas e os juristas que consultámos acham que a interpretação da ANA não faz sentido. -----

----- Os promotores deste plano fizeram uma declaração expressa que está no regulamento do plano, de que abdicam de qualquer indemnização se o plano que agora é aprovado não for possível concretizar em virtude de medidas que tenham a ver com a instalação do novo aeroporto. Reconhecem que o projecto do novo aeroporto de Lisboa se sobrepõe sempre a este Plano de Urbanização da Herdade dos Fidalgos e não é preciso reconhecer isso porque isso é da lei. -----

----- Esta questão deixa-nos tranquilos, porque também nos preocupamos com o interesse público, e não vemos qualquer razão para que o plano não seja aprovado e que num futuro mais ou menos próximo, possa ser materializado em Planos de Pormenor que depois darão origem à execução física, traduzida em obras. Penso que está em condições de ser aprovado pela Assembleia e parece-me que é uma esperança para o futuro da economia deste concelho, tal como um outro que aprovámos, há uns meses, para a Herdade da Agolada. -----

----- Esperemos que as medidas preventivas caiam, que o novo aeroporto se faça e que seja possível fazer empreendimentos turísticos no concelho de Coruche, para que a actividade económica ligada ao turismo seja mais uma actividade importante no nosso concelho. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Senhor Presidente, se me permite, gostaria de fazer uma pequena sugestão: que fosse dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que são devidos a esta Assembleia, relativamente às questões colocadas pelo Deputado Rui Aldeano, por mim próprio e pelo Deputado Francisco Gaspar no “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

----- Acho estranho que o Senhor Presidente da Assembleia se tenha esquecido de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Parece-me que foi uma coisa combinada porque dava jeito. Nós colocámos aqui várias questões e queremos respostas. São questões sérias e que têm a ver com o funcionamento democrático deste órgão e com os direitos de cada um dos seus membros. Até admito ceder algum do tempo que tenho para usar da palavra para que o Senhor Presidente da Câmara possa explicar porque é que leva nove meses a responder aos requerimentos da CDU e porque é que não nos faculta o parecer técnico que teve por base aquele negócio que há pouco abordámos. É uma sugestão que deixo, senão tenho de concluir de outra maneira. É o funcionamento democrático deste órgão que está em causa. Se não houver respostas às questões aqui colocadas acho que é muito grave. -----

----- Relativamente ao ponto em apreciação, tanto quanto pude ler neste documento sobre a Herdade dos Fidalgos, para além do parecer desfavorável da ANA, há também o parecer desfavorável da CCDRLVT, ao qual o Senhor Presidente da Câmara não se referiu. -----

----- Independentemente das explicações que forem prestadas, na base daquilo que está escrito, bem como pelo histórico desta questão, eu votarei contra, porque há um parecer da CCDRLVT desfavorável e há um parecer desfavorável da ANA. Para mim não chega aquilo que o Senhor Presidente da Câmara explicou. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Quando eu era Vereador na Câmara já se falava nisto e recorda-me perfeitamente que a CDU nunca se mostrou muito interessada em que fosse para a frente. Este voto contra não é de agora, já vem de trás. -----

----- Fico satisfeito porque finalmente poderá haver mais investimento económico na nossa região e que bem necessitamos. -----

----- Também é de realçar que as próprias entidades que estão a promover esta urbanização, se houver alguns impedimentos motivados pelo futuro aeroporto, não irão exigir qualquer indemnização. Creio que as pessoas estão com as melhores intenções. Devemos estar satisfeitos e aprovar este Plano de Urbanização porque, de facto, irá haver investimento real. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: O parecer destas entidades não é vinculativo, nem sequer o da CCDRLVT. A competência de aprovar Planos de Urbanização é da Assembleia Municipal. -----

----- Não posso deixar de estranhar que quem reivindica constantemente o reforço de compe-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

tências do Poder Local e o facto do Poder Local Democrático ser a grande conquista do 25 de Abril queira que voltemos ao passado, ou seja, que as autarquias fiquem sob a tutela de entidades e de técnicos que emitem pareceres como outros técnicos emitem. O parecer para mim que é importante em termos de CCDTLVT é o da sua Presidente, que tem alguma relevância. Mas se fosse desfavorável também não nos condicionava, porque é a Assembleia que tem competência para aprovar o Plano de Urbanização. -----

----- O parecer da Presidente da CCDRLVT diz o seguinte: “Em circunstância alguma se encontra pois em nossa opinião interdito o processo planificatório para a área pelas medidas preventivas abrangida”. Trata-se de uma questão de interpretação, houve técnicos da CCDRLVT que entenderam de outra forma. De qualquer maneira, ainda que a Senhora Presidente da CCDRLVT tivesse uma opinião diferente, isso não condiciona esta Assembleia. -----

----- Lamento a forma como algumas pessoas se vergam a entidades externas ao Município e que não têm autoridade nesta matéria, mas que aqui servem de capa para esconder outras coisas. É aquela posição mais retrógrada, mais antiquada. Aliás, os Vereadores da CDU já o assumiram na Câmara quando se iniciou o processo relativamente à Herdade dos Fidalgos. Estes processos têm a ver com promotores com alguma capacidade económica e que imediatamente levam um rótulo político ou partidário. São os grandes capitalistas deste país e só por isso não podem planear nem apresentar planos, não podem desenvolver empreendimentos que naturalmente vão acrescentar desenvolvimento e progresso do concelho e trazer mais emprego. -----

----- Era isto que gostava de reforçar perante esta Assembleia, a forma submissa como algumas pessoas pretendem que as Assembleias, que têm autoridade, que têm autonomia, deixem de assumir as suas competências, para de mão beijada ou de chapéu na mão acederem a pareceres de técnicos de outras entidades. Espero que a Assembleia vote favoravelmente este documento. -

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (dezoito do PS, dois do MIC e um do PSD), cinco votos contra da CDU e duas abstenções da CDU (Deputados Municipais Liliana Sousa e Luís Alberto), aprovar o Plano de Urbanização da Herdade dos Fidalgos, nos termos do disposto no artigo 79.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “A razão porque eu votei contra teve a ver, sobretudo, por haver o parecer desfavorável de duas entidades, particularmente da CCDRLVT (a qual não é uma entidade qualquer). -----

----- Sei que a Assembleia tem capacidade para aprovar os Planos de Urbanização, mas não pode relativamente a uns pareceres, quando convém, invocá-los e relativamente a outros desvalorizá-los”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e quarenta minutos. ----

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e cinquenta e três minutos. -----

----- **PONTO SEIS - III DECLARAÇÃO DE CORRECÇÃO MATERIAL DO PLANO**

DIRECTOR MUNICIPAL DE CORUCHE:- Foi presente o ofício n.º 3530, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com uma correcção material a propósito de um loteamento na Azervadinha e que o PDM, quando foi aprovado em 2000, não considerou. Ou seja, não se incluiu dentro daquilo que é a definição de espaço urbano num loteamento. -----

----- De acordo com a legislação e os pareceres jurídicos que temos é possível incluí-lo através de uma alteração material ao PDM. -----

----- Já aconteceu esta situação noutros casos, nomeadamente na Branca, em que um loteamento não tinha sido também transcrito para o PDM.-----

----- Esta questão surgiu quando o proprietário de um lote do loteamento invocou esse direito e depois verificou que o loteamento não fazia parte daquilo que era o ordenamento do território que está no PDM. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, concordar com a declaração de correcção material do Plano Director Municipal de Coruche, na área do loteamento n.º 1/84, nos termos do disposto no artigo 97.º - A, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 380/99. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SETE - L.T. - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA E.M. -**

ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:- Foi presente o ofício n.º 3531, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com o imóvel que a Câmara usou para entrar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

no capital da SRU, situado no Centro Histórico e que entretanto foi demolido. É a parte urbana que corresponde a esse lote e que passou a integrar o capital da SRU como pagamento em espécie. -----

----- O que se pretende é que esse imóvel fique isento de IMI, já que a SRU é uma sociedade de municípios e não faz sentido o município estar a pagar IMI ao próprio município. -----

----- Esta proposta será aprovada nas Assembleias cujos municípios integram a SRU, porque todas entraram com quota em espécie para constituir esta mesma sociedade. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, isentar a L.T. - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. do valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis respeitante ao imóvel descrito na Conservatória do Registo Predial de Coruche sob o n.º 6076 e inscrito na matriz sob o artigo 16368, pelo prazo de 5 anos. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO OITO - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA I DE VALVERDE:-** Foi presente o ofício n.º 2947, de 30 de Março de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 2 de Março de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- **PONTO NOVE - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA DA ARRIÇA:-** Foi presente o ofício n.º 3285, de 12 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 4 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- **PONTO DEZ - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA DA MALHADA ALTA:-** Foi presente o ofício n.º 3284, de 12 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 4 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- **PONTO ONZE - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA ESCOLA BÁSICA DOS CARAPUÇÕES:-** Foi presente o ofício n.º 3283, de 12 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 4 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução aos **Pontos Oito, Nove, Dez e Onze** por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de afectar ao uso de diversas entidades do concelho alguns edifícios de escolas primárias que estão neste momento devolutas. Em relação à escola de Valverde, pretende-se fazer um contrato de comodato com a Associação Desportiva Juventude Valverde para a instalação da sua sede, e quanto às escolas da Arriça, da Malhada Alta e dos Carapuções pretende-se fazer um contrato de comodato com a Fábrica da Igreja Paroquial para que se legalize a sua afectação a finalidades da igreja. -----

----- Pede-se à Assembleia que desafecte do domínio público para o domínio privado do Município estes edifícios para a Câmara poder fazer os contratos de comodato. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Oito**: -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, desafectar do domínio público a Escola Básica 1 de Valverde, porquanto a citada escola perdeu a utilidade pública a que estava adstrita, dado que já não é utilizada como equipamento escolar do Município. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Nove**: -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito do PS, cinco da CDU, dois do MIC e um do PSD) e duas abstenções da CDU (Deputados Municipais Liliana Sousa e Luís Alberto) desafectar do domínio público a Escola Básica da Arriça, porquanto a citada escola perdeu a utilidade pública a que estava adstrita, dado que já não é utilizada como equipamento escolar do Município. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Dez**: -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito do PS, cinco da CDU, dois do MIC e um do PSD) e duas abstenções da CDU (Deputados Municipais Liliana Sousa e Luís Alberto) desafectar do domínio público a Escola Básica da Malhada Alta, porquanto a citada escola perdeu a utilidade pública a que estava adstrita, dado que já não é utilizada como equipamento escolar do Município. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Onze**: -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito do PS, cinco da CDU, dois do MIC e um do PSD) e duas abstenções da CDU (Deputados Municipais Liliana Sousa e Luís Alberto) desafectar do domínio público a Escola Básica dos Carapuções, porquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

a citada escola perdeu a utilidade pública a que estava adstrita, dado que já não é utilizada como equipamento escolar do Município. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- PONTO DOZE - PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010 (DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO):-

Foi presente o ofício n.º 3532, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a Prestação de Contas referente ao exercício de 2010 (Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão), que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- PONTO TREZE - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2010:- Foi presente o ofício n.º 3533, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, tal como proposto no Relatório de Gestão de 2010, na página 40: -----

----- Reservas Legais - 133.841,49 €; -----

----- Resultados Transitados - 2.542.988,25 €. -----

----- PONTO CATORZE - I REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2011 POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:- Foi presente o ofício n.º 3534, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2011 por Incorporação do Saldo da Gerência Anterior, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução aos Pontos Doze, Treze e Catorze por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Irei apresentar alguns gráficos que ajudam a expressar aquilo que é a nossa interpretação e a forma como vemos a execução orçamental do ano de 2010. Depois, passarei a tratar das questões relacionadas com as alterações que daí decorrem após aplicação dos resultados no Plano de Actividades e no Orçamento para 2011. -----

----- No que respeita à análise da Execução Orçamental - Principais componentes do investimento realizado em 2010, por percentagens: -----

----- Grande parte do investimento foi realizado nas áreas do ordenamento do território, da administração geral, do ensino não superior, dos transportes rodoviários e restantes acções. O ordenamento do território tem sobretudo a ver com intervenção em obras que definem aquilo que é a intenção de investimento no concelho, nomeadamente a ocupação do território com infraestruturas necessárias à concretização daquela política que temos vindo a levar por diante - tem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

ver com estradas, caminhos, novos edifícios, implementação de algumas urbanizações, etc.-----

----- A taxa de realização em 2010 foi de 47,5% face ao que estava previsto. Com uma dotação de 11.836 mil euros, executámos 5.624 mil euros.-----

----- Ao contrário das nossas expectativas, não realizámos um investimento tão elevado quanto desejávamos. Tal deve-se, sobretudo, a uma obra fundamental que não se iniciou em 2010 - o Açude Ponte no Rio Sorraia. Em Maio de 2010 estava em condições de avançar, foi adjudicada a empreitada, mas a empresa que ficou em segundo lugar no concurso interpôs uma providência cautelar junto do Tribunal Administrativo de Leiria. O processo arrastou-se até ao dia 1 de Março. O Tribunal Administrativo de Leiria dá razão àquilo que tinha sido a acta do júri e atesta que o 1.º classificado foi bem classificado e que o 2.º classificado não tem razão no seu protesto. -----

----- Quem é que paga este prejuízo? Pagamos nós politicamente. A obra podia já estar realizada e ficou por realizar. Há um atraso significativo que quase provocou a queda da candidatura e dos fundos do QREN. Também o Tribunal de Contas não emitiu o visto, invocando que não havia ainda decisão do Tribunal Administrativo de Leiria. Após recebermos a notificação do Tribunal Administrativo de Leiria e o Tribunal de Contas dar o visto favorável, avançamos com a obra. Fizemos o primeiro adiantamento (30% do valor da obra), e o empreiteiro já está a fazer estaleiro. É uma pequena explicação, porque para nós é uma frustração termos só executado 47,5% do que estava previsto. Juntando a estes 5 milhões de euros mais 2.200 mil euros, o nível de realização teria sido bastante superior. -----

----- Despesa realizada com as AMR's: -----

----- Executámos menos que o ano passado. Em 2010 tivemos uma execução de 72% e em 2009 de 85,7%. Em termos reais também executámos menos - o ano passado 3.308 mil euros e este ano 3.057 mil euros. Esta menor execução das AMR's, as chamadas despesas correntes, teve a ver principalmente com o esforço que a Câmara efectuou na contenção financeira e na aplicação dos princípios do PEC. -----

----- Despesa realizada com as GOP's: -----

----- Temos em 2010 uma execução um pouco superior a 2009, tanto em percentagem como em números reais. Em 2009 executámos 6.543 mil euros e em 2010 executámos 8.682 mil euros. Crescemos de 45% para 53%.-----

----- Evolução da Receita: -----

----- A receita corrente cresceu relativamente ao ano anterior. Isto deve-se, sobretudo, à entrada de impostos ter sido um pouco superior. O ano de 2009 foi um ano muito atípico. Recordo que deixámos de receber das Finanças um volume considerável de IMI face a uma reclamação da empresa de produção de açúcar - DAI. As Finanças deram-lhe razão e a Câmara ficou diminuída nas suas receitas de IMI em mais de 800 mil euros. Em função dessa circunstância, no ano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

2010 voltámos a valores normais, mas ainda assim inferiores àquilo que tinham sido os anos de 2007 e 2008. O crescimento de receita corrente teve a ver, em parte, com o aumento da receita de IMI relativamente ao ano anterior. -----

----- No que respeita às receitas de capital, elas são ligeiramente inferiores às do ano de 2009. Estão praticamente ao nível de 2008 e abaixo daquilo que fizemos em 2005, 2004 e 2003, quando usámos receitas de capital sobretudo derivadas dos dinheiros do Quadro Comunitário. No caso de termos começado a executar a obra do Açude Ponte no Rio Sorraia, devíamos ter recebido dinheiro do QREN e, naturalmente, que a nossa receita de capital teria aumentado. Não recebemos previamente o dinheiro, só recebemos após facturação e depois da despesa ser verificada pela CCDR. -----

----- Estrutura de Receitas do Município: -----

----- A maior receita foi do FEF, a contribuição do Estado para as Autarquias, que representa 60% daquilo que é a receita do Município. As outras receitas são relativamente pequenas, por exemplo: FEDER 5%, Protocolo com o Ministério da Educação 4% (para pagarmos aos 70 funcionários que recebemos do Ministério da Educação); Contribuição Autárquica/IMI 7%, Derrama 1%, Sisa/IMT 3% e Restantes Rubricas 19%. O que é de salientar é o facto de nós dependermos fundamentalmente do FEF e estarmos dependentes da vontade do Governo. Como sabem, o ano passado fomos penalizados, este ano voltámos a ser penalizados e parece que a proposta do FMI é de voltar a cortar nas transferências para as autarquias. Veremos como é que vamos reagir à situação, mas será sempre bastante penalizador. Estamos agora a incorporar o saldo da gerência do ano passado e a fazer algumas alterações ao Plano de Actividades e ao Orçamento, mas não sabemos o que vai acontecer no futuro. Não vale a pena estar a especular, porque não sabemos qual vai ser o nível de abatimento da nossa receita em termos do Orçamento do Estado. Não temos voz activa para discutir aquilo que nos compete, temos de aguardar e reagir posteriormente. -----

----- Despesas Correntes: -----

----- 53% das nossas despesas correntes são para pessoal, aquisição de bens e serviços - 33,5%, juros e outros encargos - 0,7%, transferências correntes - 7,4%, outras despesas correntes - 5,3% (muitas têm a ver com as transferências para as Juntas de Freguesia, colectividades e associações).-----

----- Despesas de Capital:-----

----- Tem a ver com investimento que fazemos, o que permitiu uma execução total de 6.582 mil euros e uma taxa de execução de 50%. -----

----- Evolução da Despesa Corrente/Capital: -----

----- A despesa de capital depende muito dos fundos comunitários e da disponibilidade que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

nós temos para fazer obra com esses mesmos fundos, daí verificar-se uma oscilação.-----

----- Em relação às despesas correntes, muitas delas são incontornáveis. Como disse antes, temos conseguido fazer alguma contenção, apesar do aumento de alguns factores que nós não controlamos, por exemplo, os combustíveis, o gás e a electricidade. Estamos a falar de anos em que o crescimento da despesa corrente foi mínimo: em 2008 de 12,4%; em 2009 de 12,5%; em 2010 de 12,6%. Quero recordar que nesta despesa corrente está também a despesa com o pessoal do Ministério da Educação. Apesar de em 2009 terem saído cerca de 25 trabalhadores para a Águas do Ribatejo, no ano de 2010 entraram na autarquia 70 trabalhadores oriundos do Ministério da Educação. O peso dos salários destes trabalhadores está aqui reflectido, embora o nosso crescimento da despesa corrente em 2009 e 2010 tenha sido mínimo (de 12,5 para 12,6 milhões de euros).-----

----- Estrutura de Despesas do Município:-----

----- Em termos de despesa total do Município temos: 36% com pessoal (mas na despesa corrente corresponde a mais de 50%), 22% na aquisição de bens e serviços, 5% nas transferências correntes, 29% na aquisição de bens de capital. Esta despesa com pessoal é preocupante (é uma despesa incontornável). É uma despesa que tem um peso muito grande na nossa estrutura, evidentemente que significa também 420 postos de trabalho, incluindo os Bombeiros Municipais. Significa dar de comer a muitas famílias do concelho de Coruche. No futuro próximo vamos tomar decisões de fundo. Não estou a falar de despedimentos, espero que não venha a acontecer, mas de uma grande contenção. Também vai haver uma diminuição de pessoal tendo em conta pedidos de reforma e de aposentação e dessa maneira a massa salarial vai descer. Há Municípios, neste momento, com situações graves do ponto de vista da tesouraria e que estão a recorrer a empréstimos de curto prazo para pagar salários. Isto é extremamente preocupante porque diminuiu a receita do FEF, diminuiu as receitas próprias e há situações muito complicadas. O nosso caso é uma situação estável, mas temos de ter muita contenção e muito cuidado quanto à forma como gerimos as despesas, nomeadamente as despesas fixas.-----

----- Despesa com pessoal/total da despesa corrente: há um crescimento, de 48 % em 2009 para 53% em 2010. Evidentemente que estão aí os 68 trabalhadores transferidos do Ministério da Educação e que representam em termos de massa salarial 764.104 euros.-----

----- Despesa com pessoal/despesa total, é significativo: representava 35 % em 2007, 35% em 2008, 36% em 2009 e em 2010 representa 35%. Apesar destes resultados não despedimos ninguém. As pessoas continuam a trabalhar, há menos horas extraordinárias e há muita contenção noutras despesas.-----

----- Evolução temporal da receita e da despesa:-----

----- Relativamente ao comparativo entre a receita e a despesa ao longo dos últimos anos, des-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

de 1999 que tem vindo a crescer. O período maior foi em 2005 e teve a ver com o período de grandes investimentos derivados de fundos comunitários em que apresentámos uma despesa total de 20.849 mil euros e uma receita de 21.377 mil euros. Essa receita está muito inflacionada tendo em conta a aprovação das candidaturas e as facturações pagas do QREN. Depois decresceu um bocadinho e voltou a crescer de 2009 para 2010. O que me parece importante é que nós mantemos algum equilíbrio entre a despesa e a receita e conseguimos um “superavit” que permite tapar aquilo que seria aparentemente um “deficit”. -----

----- Queria dar nota daquilo que foi anunciado nesta Assembleia, em Julho de 2010, como medidas de contenção. Na altura, a bancada da CDU sugeriu também algumas medidas e outros Deputados foram da opinião que seriam importantes. Optámos por tomar uma série de medidas de contenção que resultaram muito bem, tendo em conta que prevíamos entre 450 a 500 mil euros de redução na despesa e conseguimos mais de 750 mil euros. Chegámos ao final do ano com uma poupança muito superior ao inicialmente previsto em todas as áreas (desde o apoio às associações, passando pelo cortejo etnográfico, pela animação cultural, pelos projectos do Museu Municipal, etc.). Só em relação à rubrica “juventude” tal não foi possível. Mas não houve nenhuma rubrica com um impacto muito grande em termos de valor final. No geral, conseguimos poupar mais do que aquilo que estava previsto. Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, foi como tínhamos previsto. As actividades promocionais e os eventos desportivos diminuíram bastante, nas Festas houve uma redução de 10%, em estudos pareceres e consultadoria e trabalhos especializados poupámos muito mais que o previsto, o que também aconteceu com as horas extraordinárias. -----

----- Há uma área onde ainda não conseguimos introduzir uma poupança significativa, mas temos de o conseguir. Trata-se dos transportes escolares, em que a despesa é elevadíssima. Prestamos um serviço social, mas temos de encontrar forma de reduzir essa despesa sem retirar direitos e sem deixar de cumprir a lei. -----

----- Parece-me que é extremamente positiva esta poupança tendo em conta a situação que se vive. É evidente que não conseguiríamos poupar muito mais mesmo que tivéssemos começado mais cedo. -----

----- No ano de 2011 estamos preocupados em prolongar estas medidas de poupança. No fundamental, estamos a aplicar aquelas que tínhamos definido em Julho de 2010. Dependendo daquilo que for a decisão do Estado em relação ao financiamento das autarquias, teremos de encontrar “imaginação” para reforçar a poupança, reduzindo a despesa, tanto naquilo que é a actividade da Câmara, como na relação da Câmara com o exterior. Já estamos, inclusive, a tomar medidas, nomeadamente quanto à electricidade e aos combustíveis. Por exemplo, em relação à electricidade optámos por reduzir o consumo nas Piscinas e no Estádio Municipal, com a instalação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

de painéis solares para o aquecimento da água. -----

----- Como sabemos, há o mercado livre de energia e estamos a preparar com a CIMLT um concurso para fornecimento de energia aos Municípios, por forma a obtermos preços mais baixos no seu fornecimento.-----

----- Procuraremos de forma inteligente reduzir despesas.-----

----- Consta do Relatório de Gestão a seguinte alusão: “Face a estes indicadores facilmente se conclui que o Município, nas perspectivas de curto ou médio e longo prazo e face à boa evolução registada há vários anos, pode-se continuar a afirmar que a actual situação financeira, revelada neste diagnóstico, não compromete a sua actividade futura.” Li esta conclusão (ela não é minha, é dos técnicos municipais), mas acho que é um bocadinho optimista tendo em conta a conjuntura que se está a viver. Em relação à Prestação de Contas de 2010, subscrevo-a inteiramente, mas em relação ao futuro tenho algumas reticências. Apesar de toda a contenção, há factores que nós não controlamos e se as perspectivas mais negras se consumarem podemos, daqui a dois ou três anos, por em causa aquilo que hoje designamos por boa gestão e robustez financeira do Município. ----

----- Como sabem, o Município de Coruche é um dos que melhor paga e está no ranking nacional nos trinta primeiros lugares. Apesar disso, o futuro é uma grande incógnita tendo em conta estes condicionalismos. De qualquer forma, é melhor chegar a este ponto com uma boa situação do que chegar com uma má situação, como infelizmente acontece com uma grande parte dos Municípios. -----

----- Era isto que tinha para apresentar, fundamentalmente para ilustrar o que está no Relatório de Gestão e que se reporta ao ano de 2010. -----

----- Em referência à I Revisão do Orçamento e às Grandes Opções do Plano, percebe-se perfeitamente que reforçamos com o saldo da Conta de Gerência, cerca de 1.900 mil euros, uma série de rubricas: -----

----- Equipamento informático para o Centro Escolar de Coruche; -----

----- Com o prolongamento de horário no pré-escolar há necessidade de vir a afectar mais verba a essa mesma área; -----

----- Serviço de Catering; -----

----- Refeitórios Escolares; -----

----- Participação para o Lar da Lamarosa a incluir na rubrica “Apoio a Instituições e Entidades de Cariz Social” (uma verba de 50 mil euros). Sistemáticamente vinha sendo dito que a Câmara não inscrevia verba. Felizmente que há decisão de financiamento e as obras irão começar dentro de pouco tempo; -----

----- Outros pequenos projectos que iremos reforçar em rubricas que chegámos à conclusão que não estavam devidamente cabimentadas;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Um reforço para a obra do mercado municipal; -----

----- Um reforço significativo para as rubricas que têm a ver com a “Aquisição de Terrenos” e a “Aquisição de Edifícios”. Temos alguns terrenos para pagar: na Branca, o que foi expropriado para o Quartel dos Bombeiros e na Erra para aumentar o cemitério. Temos ainda a possibilidade de vir a negociar alguns edifícios que podem vir a fazer parte do património da Câmara e dar origem a iniciativas ou investimentos significativos. Estou a referir-me ao edifício da antiga rodoviária, que é um edifício que há anos elegemos como interessante para a construção de um Centro Cultural. Há um reforço significativo da rubrica. Estava dotada com 5 mil euros e acrescentámos 950 mil euros. Em relação à rubrica dos terrenos, também acrescentamos um valor com algum significado, mais 217 mil euros, passando para 954 mil euros, permitindo a aquisição de terrenos que são importantes para obras que se venham a fazer no futuro e que podem ser um investimento interessante para o Município. -----

----- Essas duas rubricas ultrapassam um milhão de euros e os outros cerca de 800 mil euros são distribuídos por pequenas rubricas que não tinham a cabimentação devida. -----

----- Em relação a estes documentos mais técnicos, até porque não tenho habilitações, dispense-me de fazer comentários. Se a Assembleia o entender, estão presentes o Director de Departamento e o nosso ROC que estarão certamente habilitados para darem as devidas explicações.-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Obrigado Senhor Presidente, foi de facto uma explicação exaustiva, acho que ficámos todos a ganhar com esta forma de apresentação com recurso aos meios informáticos. -----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: Não tenho as mesmas condições que o Senhor Presidente da Câmara tem para poder manusear a documentação. É pena.-----

----- Gostaria de fazer uma consideração geral em relação ao Relatório de Gestão. -----

----- Se não tivéssemos a possibilidade de ter a explicação com esses quadros e uma vez que não temos computadores, nem os documentos em papel para os podermos consultar, tenho muitas dúvidas que tivéssemos a possibilidade de os analisar. São documentos importantes e era bom que todos os tivessem em seu poder. -----

----- Creio que há um ano atrás, quando discutimos o Relatório de Gestão, concluímos que o ano de 2009 foi o pior de todos os anos desde que o PS é poder autárquico em Coruche.-----

----- Gostaria, a propósito da execução do PPI em 2010, de dizer o seguinte: Estamos a falar das acções, das obras e dos investimentos que foram previstos realizar e para os quais houve dotação financeira. É agora altura de fazermos o ponto da situação, mas não de uma forma tão superficial como fez o Senhor Presidente da Câmara. É evidente que em relação aos números deste Relatório cada um pode interpretá-los à sua maneira. Eles estão aqui e temos é de ser objectivos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

Vejam os: -----

----- Remodelação do Edifício do Mercado Municipal de Coruche, teve uma execução de 5,62%; -----

----- Construção da Ponte das Courelinhas, teve uma execução de 1,83%; -----

----- Lagoiços - Rua das Flores e Rua da Liberdade, 0% de execução; -----

----- Santana do Mato - Rua Maria Filipa e Rua Sporting Clube Santanense, 0% de execução; -

----- Circuito Pedonal de Valverde e a Revitalização da Zona de Intervenção (prometido em campanha eleitoral), 0% de execução; -----

----- Açude Ponte no Rio Sorraia, há esta explicação do Tribunal Administrativo de Leiria, mas é uma obra que vem de há anos; -----

----- Parque dos Lagoiços, prometido há anos, é uma obra muito pouco relevante no contexto do Município, mas importante para os Lagoiços e há anos que se arrasta, 0% de execução; -----

----- Núcleo Museológico da Erra e Núcleo Museológico do Couço, 0% de execução; -----

----- Revitalização da Praça da Liberdade, 0% de execução; -----

----- Requalificação Urbana em Aglomerados, estavam previstos 357 mil euros, teve 0% de execução; -----

----- Urbanização do Loteamento Municipal do Biscainho, 4% de execução; -----

----- Coruche - Rua dos Bombeiros - Arranjo Urbanístico, 18% de execução; -----

----- Construção de Habitação Social, 0% de execução. -----

----- Dei só aqui alguns exemplos, não fui ao detalhe. -----

----- Desde logo, referir que há um número que é importante e que hoje foi aqui falado, aliás, como também já o foi no último Boletim Municipal. É dada muita ênfase à poupança conseguida com o plano de contenção, na ordem dos 726 mil euros. Sendo essa verba importante, não tenho nenhuma dúvida que é fundamental pouparmos mais no que diz respeito àquilo que não são acções nem actividades prioritárias, sendo, aliás, algumas dessas acções claramente supérfluas.-----

----- Trago aqui alguns números que creio que nos devem preocupar: -----

----- No ano de 2010 a Câmara gastou em publicidade 158.612,92 €. Isto significa mais 41 mil euros que em 2009 e mais 73 mil euros que em 2008. São números assustadores e insustentáveis. Como é que se gasta este dinheiro em publicidade? Como podemos verificar, está aqui o exemplo da contracapa de um jornal do concelho. Paga-se muito caro. Creio que é necessário fazer publicidade, mas esses valores são imorais. Por exemplo, com estes 158 mil euros construir-se-iam duas habitações, de tipologia T3, em qualquer freguesia do nosso concelho para duas famílias carenciadas ou podia dar-se um apoio muito significativo às centenas de reformados e pensionistas que têm duzentos e poucos euros de reforma e que quando vão às farmácias não é possível trazer todos os medicamentos que são prescritos pelo médico. Quando se gasta todo este di-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

nheiro em publicidade não seria possível dar mais algum apoio a esta gente que efectivamente precisa? Não seria possível aumentar o apoio para a atribuição de bolsas de estudo? Há um conjunto de medidas que podem ser tomadas se gerirmos bem os recursos financeiros do Município. É claro que isto prende-se com opções. É evidente que se a CDU fosse poder não gastava 158 mil euros em publicidade.-----

----- Recordo que o Senhor Presidente da Câmara disse na última Assembleia Municipal que isto tem um retorno, mas eu ainda não o vi e lamento que não o tenha. -----

----- Relativamente às horas extraordinárias, o Senhor Presidente da Câmara não disse nada, mas no Relatório de Gestão é apresentado um quadro comparativo de 2001 a 2011. Curiosamente, não se comparam as aquisições de serviços. Não se tem presente que em 2001 havia um valor superior de horas extraordinárias porque a Câmara fazia quase tudo por administração directa (era os piquetes do Serviço de Águas, os motoristas, as cozinheiras, etc. etc.). Hoje diminui-se a despesa em horas extraordinárias, mas aumenta-se brutalmente a despesa com a aquisição de serviços. -----

----- Acho que é fundamental aprofundar a poupança e sobretudo cortar naquilo que é supérfluo.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Relativamente a este documento, acho que estamos a votar qualquer coisa que aconteceu em 2010 e não há aqui qualquer consequência. Quanto muito, podia votar contra se houvesse aqui um erro de contas. Caso contrário, é difícil votar contra este documento, o qual trata de explicar o exercício do ano de 2010. Foram estas as obras, foi esta a gestão e, portanto, se o documento tecnicamente estiver certo merece ser votado favoravelmente. -----

----- Quero frisar aqui alguns pontos que me parecem importantes. O Senhor Presidente da Câmara fez uma explicação exaustiva do documento e penso que todos compreendemos o que foi o exercício de 2010. -----

----- Há aqui três pontos fundamentais e que merecem ser realçados: -----

----- A poupança que foi conseguida; -----

----- A contenção e a redução da despesa;-----

----- A execução e a realização de obras durante o ano de 2010. -----

----- Foi pena que o Tribunal Administrativo de Leiria demorasse o tempo que demorou para emitir parecer relativamente ao Açude Ponte. Assim não fosse, a percentagem do investimento ultrapassaria a média dos últimos anos em termos de realização. No entanto, é uma questão que não tem a ver com a Câmara Municipal, a qual não tem culpa da situação. Temos de aceitar o que aconteceu, embora não o tenhamos de fazer de bom agrado. -----

----- Também devemos reconhecer o empenho dos técnicos municipais e dos demais funcioná-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

rios que trabalham na Câmara. A todos se deve esta boa execução durante o ano de 2010. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Começa a ser rotina neste órgão deliberativo ouvir alguns Vogais dizer que não estamos cá para discutir política. Bem ou mal é essa a análise que eu consigo fazer destes documentos e é para isso que estou eleito. Posso olhar para as contas e ter uma ideia sobre o ponto da situação, mas não as posso interpretar tecnicamente, por isso vou fazer uma análise política em coerência com a posição que a CDU tem demonstrado ao longo dos últimos tempos. -----

----- Queria voltar a destacar a verba gasta em publicidade em 2010. O Senhor Presidente da Câmara falou de diversas áreas onde fez contenção financeira, algumas até foram propostas pela CDU. Lembro que apresentámos aquele pacote de medidas com que o PS dizia não concordar. Por exemplo, uma redução ao nível das Festas de Coruche (que acabou por acontecer); o Boletim Municipal também já passou a ser trimestral. Quanto à publicidade, não se viu qualquer contenção financeira, tendo até a verba crescido 41 mil euros (158 mil euros é realmente um valor muito elevado). Falamos do FMI, falamos que não sabemos o que se vai passar no futuro, todos demonstram preocupação, mas para este ano está prevista a mesma verba para publicidade. -----

----- Acho que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm uma palavra a dizer em relação ao que dizem aos habitantes das vossas freguesias quando se apresentam estas verbas para publicidade. Digam qual é o retorno nas vossas freguesias quando houve cortes nos protocolos de transferências. É isto que tem de ser analisado. Eu confio nos técnicos. Não é isso que está em causa, mas sim a questão política. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Relativamente a este documento (ao longo destes anos tenho acompanhado os vários Relatórios de Gestão) parece-me que é um bocadinho mais do mesmo. Naturalmente que, mais à frente, vamos ouvir uma saudação e uma referência à qualidade do documento que os técnicos fizeram. Estive a ler as actas e lá está sempre a mesma referência. No entanto, não me parece que seja a parte mais importante. -----

----- Gostaria de destacar o seguinte:-----

----- Quanto às taxas de execução, podemos perceber que se mantém a tendência dos últimos anos. Mais uma vez, a taxa de realização do investimento ficou muito aquém do previsto, sendo de 47,5%. -----

----- Em relação às Grandes Opções do Plano, analisando o exercício económico de 2010, também percebemos que a taxa de realização de 53,97% fica bem abaixo da média dos últimos oito anos. -----

----- Gostaria de realçar que ao nível do orçamento das receitas correntes é notório uma política do executivo que assenta na cobrança de impostos pelas taxas máximas, sendo claramente penalizante para a população do Concelho de Coruche. É fácil perceber esta situação através dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

impostos directos que apresentam uma execução de 14% acima da dotação e mais 29% que em 2009. Os impostos indirectos apresentam uma execução 7% acima da dotação.-----

----- Acho que podemos dizer que a realizar obra o executivo não consegue chegar aos 50% de execução, mas a cobrar à população já consegue ultrapassar a dotação. Ao mesmo tempo, o executivo também consegue cortar nas instituições, associações, colectividades e nas Juntas de Freguesia. Poupa nos apoios de cariz social, mas não poupa na propaganda. Como acabámos de ver e de ouvir, há sempre a tentação de aí não tocar. Aliás, bem pelo contrário, aí é sempre a aumentar.-----

----- Resumindo, aliás o Senhor Presidente na sua intervenção já nos deu a entender isso, este Relatório de Gestão, pelas expressões que estão incluídas ao longo do mesmo, é um relatório político, com expressões políticas e que faz considerações políticas em termos de conjuntura da evolução económica e da própria esperança que é o início de uma melhor execução nos próximos anos e de um melhor aproveitamento de verbas. Claramente que é um relatório que põe a descoberto que o executivo não conseguiu cumprir com as taxas de execução.-----

----- Em relação aos valores do Relatório de Gestão, e reforçando o que já foi dito pelo Deputado Joaquim Serrão, o que está aqui é verdade. Os técnicos limitaram-se a colocar o que aconteceu, ou seja, não podemos criticar o documento em si porque ele reflecte exactamente o que aconteceu em 2010.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Ouvi a CDU dizer que não se quer discutir política e agora oiço o PSD dizer que isto é um relatório político. Isto só quer dizer que estamos no bom caminho. Não há dúvida quando isto acontece que estamos no bom caminho.-----

----- Reforçando aquilo que eu disse, de que estamos no bom caminho, a Câmara está bem financeiramente, ao contrário de outras aqui à volta que estão com alguns problemas e que sabemos que tiveram agora de recorrer a financiamento para pagar ordenados.-----

----- Quando se diz que há cortes nos financiamentos às Juntas de Freguesia, nós sentimos que eles existem. Eu, sinceramente, preferia que não acontecessem, pois dariam para fazer outros trabalhos. Mas se compararmos com outras Câmaras da CDU no distrito onde não há cortes porque não há transferência de verbas, aquelas Juntas de Freguesia vivem só com o dinheiro que vem directamente do FEF e não têm protocolos. Também há Câmaras do PSD que se limitam, e posso dizer que ainda é mais grave, a fazer uma distribuição de protocolos só para quem é da côr, pois no caso de serem de outro partido não há protocolos. Penso que há, de facto, alguma dificuldade, mas vamos todos começar a pensar no bom caminho. Há pouco, o Senhor Presidente da Câmara disse que vai haver um aumento de capital que se destina à aquisição de património. Julgo que é interessante analisar esta situação, em que a Câmara prevê adquirir algum património e terrenos, porque aí a Junta de Freguesia de Santana do Mato também é candidata.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- O Deputado Osvaldo Ferreira referiu: Antes de começar a minha intervenção não posso deixar de fazer aqui algumas considerações.-----

----- O Deputado Armando Rodrigues veio falar na questão da publicidade. Estamos a falar de opções políticas para concretizar projectos nesta rubrica. Para além dos tais anúncios que o Senhor também critica, mas que certamente outras pessoas acharam que são correctos, estão também lá incluídos anúncios concursais, obras públicas e outro tipo de anúncios. Mas como falamos em publicidade estamos a falar de uma rubrica genérica e certamente que este tipo de anúncios também lá vai cair. -----

----- Relativamente ao crescimento da despesa, são opções políticas para concretizar os projectos que, eventualmente, os Senhores não lançaram, ou não conseguiram lançar, ou têm pena de não estar agora a lançar essa publicidade. -----

----- O que é lamentável é que a CDU e o Senhor Armando Rodrigues, com a responsabilidade que tem no seu grupo, faça um discurso demagógico, misturando aquilo que são assuntos de foro social com questões que não têm nada a ver. Isso é que é realmente atentatório à dignidade deste órgão. Estar a fazer um discurso demagógico para colher o quê? Quer retirar daqui o quê? Não se consegue perceber. É como se o executivo não tivesse outras estratégias de actuação política nessas áreas que tanto o Senhor refere. Posições partidárias são uma coisa e discutir política é outra coisa. Eu temo é que o conceito de política não seja igual para ambos. Se calhar era importante fazer uma revisão do que é o conceito de política e de publicidade. -----

----- Todos sabem que há outras acções e projectos no âmbito social, de desenvolvimento económico e noutras áreas. Entendo perfeitamente que essas acções são materializadas e não lhe convém falar muito, como é óbvio. -----

----- Em relação ao Deputado Francisco Gaspar, tem toda a razão quando diz que lamenta algumas saudações. Eu vou repetir, porque é verdade e não tenho qualquer problema em reconhecer o mérito às pessoas, quando este se repete ano após ano, e também não tenho problema de dizer que, de facto, o trabalho foi bem feito. Devemos incentivar a que se continue a fazer bem, pois essa é uma das formas de reconhecer publicamente que as pessoas fizeram um bom trabalho. Isso incomoda-o? A mim não me incomoda absolutamente nada. -----

----- Não me quero alongar muito mais, até porque o Senhor Presidente da Câmara fez uma boa apresentação. Mas começando pela questão da qualidade técnica do documento, de facto, é bastante agradável, é bastante amigável, é de fácil leitura, permite fazer as interpretações políticas que se entendam e os dados são objectivos. Quanto ao aspecto que o Vogal Francisco Gaspar referiu, que de ano para ano é mais do mesmo, ainda bem, porque assim podemos fazer o comparativo e acompanhar a evolução. Se o relatório mudasse tornava-se complicado fazermos a comparação em relação a anos anteriores. O relatório vai mantendo a mesma estrutura e, se calhar, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

uma vantagem porque podemos comparar. A mim não me choca absolutamente nada. -----

----- Em relação à despesa, é importante registar parte da boa execução na realização do Orçamento, com uma taxa de 69%, que representa uma despesa na ordem dos 19 milhões de euros. -----

----- Relativamente às Grandes Opções do Plano, tivemos ainda uma execução superior a 50%, o que se pode considerar uma taxa de execução bastante superior àquela que é a média dos Municípios. Apesar de todos os constrangimentos já salientados pelo Senhor Presidente da Câmara e por outros Vogais, não é aquilo que eventualmente nos daria mais gozo ver, mas ainda assim é bastante satisfatório. -----

----- Ainda na rubrica da despesa, salientava apenas os 1.400 mil euros que foram empregues em prol do ambiente e do ordenamento do território. Só saliento este aspecto, não vale a pena estar a salientar os outros que estão bem expressos no Relatório de Gestão. Parece-me que era importante referir aqui este investimento e esta aposta que o executivo tem tido nas questões do ordenamento do território. Creio que é uma aposta importante e que cada vez mais está a assumir importância crescente quando conjugada com as questões ambientais. -----

----- Ao nível da despesa corrente, e vou apenas salientar também a execução, verificamos uma taxa de execução de 96% face à dotação inicialmente prevista. Estamos a falar de 13 milhões de euros. -----

----- A despesa de capital apresenta uma execução um pouco mais moderada, na ordem dos 5,6 milhões de euros, motivada pelas razões que o Senhor Presidente apresentou, o incidente processual com o projecto de investimento do açude, situação que não era de todo previsível no processo de planeamento e que constitui-se logo numa barreira a uma execução mais vantajosa. São situações do acaso, que não são previsíveis e com as quais não contamos à partida. -----

----- Relativamente à despesa com pessoal, representa cerca de 47% da despesa corrente total quando corrigida e subtraída dos tais colaboradores que transitaram do Ministério da Educação para o Mapa de Pessoal do Município. Gostaria de salientar que é importante notar o equilíbrio que se tem conseguido ao nível do pessoal, sobretudo quando as exigências pedidas aos Municípios são cada vez mais, as pessoas estão cada vez mais informadas e é preciso também pessoas bem preparadas e com melhores competências para se prestar serviços com qualidade, o que não é uma tarefa fácil. -----

----- Se em Julho o executivo tinha manifestado interesse em implementar um regime de contenção da despesa, numa situação difícil que estamos a atravessar ao nível macroeconómico, podemos hoje constatar que houve uma efectiva política de contenção, conforme se pode comprovar na página 29 do Relatório de Gestão. A esse nível gostaria de salientar apenas a redução de 45% da despesa com estudos, pareceres e consultorias, a redução de 19% em comunicações e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

a redução de 7% no consumo de electricidade nas instalações municipais. São apenas três dos vários exemplos que estão patentes no Relatório de Gestão a que todos temos acesso. -----

----- Em síntese, e para concluir esta intervenção que vai um pouco mais longa do que eu esperava, creio que o currículo do nosso planeamento e controlo financeiro que tem vindo a ser desenvolvido pelo executivo e pela sua equipa técnica apresenta um saldo claramente positivo no resultado da diferença entre as receitas correntes e as despesas da mesma natureza, na ordem dos 4,3%, o que representa um saldo positivo de 546 mil euros. -----

----- Por fim, como é desejável, as despesas de capital são superiores às receitas. Digo que é desejável porque significa que se está a fazer investimento. Se as despesas de capital estão um pouco além das receitas de capital, desde que seja um hiato não muito significativo e que seja sustentável a longo prazo ou a médio prazo, creio que é positivo, significa que de facto há investimento. Este hiato há-de ser recuperado. -----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Começava por elogiar estes vários documentos de Prestação de Contas elaborados pelos técnicos municipais. -----

----- Posto isto, passo a fazer a seguinte intervenção: -----

----- Considerando a grave crise económica e financeira internacional e o acordo de consolidação orçamental realizado entre os vários estados-membros da UE e, em consequência, a aplicação de medidas de austeridade pelo governo, tal resultou numa estrondosa quebra nas receitas dos Municípios através da redução de 100 milhões de euros do Orçamento de Estado (OE) para 2010. -----

----- Acresce a esta situação a imposição do endividamento líquido nulo e o facto de haver uma diminuição na obtenção de receitas próprias, ou seja, uma clara diminuição nos seus impostos locais. O Município de Coruche não foi excepção e recebeu menos 434 mil euros do que estava inicialmente previsto. -----

----- Face a este quadro, o executivo socialista decidiu em boa hora aplicar um conjunto de medidas de contenção financeira que definiram, por um lado, reduzir substancialmente a despesa corrente e, por outro lado, manter os investimentos de capital que foram definidos não só no âmbito da contratualização, mas também assegurando fundos comunitários para realizar obra. A par destas duas grandes prioridades foram definidas e planeadas políticas de apoio às famílias que pudessem dar resposta às necessidades da população em áreas como a Habitação, Acção Social, Educação, Emprego e Saúde. -----

----- Ao analisarmos este Relatório de Gestão é com agrado que verificamos que no âmbito do investimento realizado este subiu em relação a 2009, passando de 30,8% para 47,5% da dotação definida. Efectivamente, é de saudar a aposta do executivo em continuar a elaborar e a apresentar candidaturas a fundos públicos, comunitários e nacionais, de forma a continuar a garantir os ne-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

cessários financiamentos aos mais importantes projectos de investimento municipal. -----

----- A par da política da redução de despesa corrente, deve ter-se em atenção que 36% da despesa realizada é despesa com pessoal, todavia deve ter-se em atenção o acentuar desta despesa derivada da transferência de pessoal do Ministério da Educação para o Município e que representou um acréscimo de quase 19% do número de trabalhadores do Município e do respectivo encargo salarial correspondente a esse pessoal. Por outro lado, é de realçar o esforço feito por este executivo no âmbito da redução de horas extraordinárias, sendo em 2010 o valor mais baixo de sempre. -----

----- A par da redução de despesa e da manutenção de investimentos de capital, é de realçar a autonomia financeira do Município, com um rácio de 64%. -----

----- Ora, esta boa situação financeira do Município, é sinónimo do rigor, planeamento e boa gestão financeira que tem sido feita pelo Partido Socialista na Câmara, o que permitiu que o resultado das medidas de contenção financeira fosse uma poupança de cerca de 700 mil euros. -----

----- Mas falar na gestão de 2010, é inevitavelmente falar de obra feita, e neste aspecto é importante dizer que estas obras não são apenas betão, mas obras essenciais para o crescimento e desenvolvimento do concelho de Coruche e das suas freguesias. Seria impossível referir todas as obras, mas devemos destacar no âmbito da educação uma obra essencial para o reordenamento do parque escolar que se iniciou em 2010 e que se concluirá em 2011 - o Centro Escolar de Coruche. Sendo este o primeiro, já está também definido para 2011 o arranque da construção dos Núcleos Escolares da Fajarda e da Lamarosa. No âmbito do ordenamento do território, destacar o arranjo urbanístico e infra-estruturação de Coruche Norte e Coruche Nascente. Ainda nesta área, destacar a execução da Ciclovia da E.N.119 - troço Bairro Novo - Monte Velho, que se iniciou em 2010 e se concluirá ainda este ano. -----

----- O executivo socialista tem também apostado na protecção do meio ambiente e na conservação da natureza. Destaque para a construção do sistema de valorização das águas das piscinas municipais que se iniciou em 2010, mas também o empenho na preservação do montado de sobro e a aposta na cortiça como um recurso endógeno do concelho e motor de crescimento económico deste. Viu-se o sucesso da edição anterior da FICOR - Feira Internacional da Cortiça e espera-se que a deste ano seja mais um mote para a afirmação internacional de Coruche como capital mundial da cortiça. -----

----- Em matéria de acessibilidade, salienta-se a repavimentação da E.M.580 - troço Carvalha/Lamarosa e o terminar ainda o troço Vale Verde/Várzea D'Água. -----

----- No âmbito das acessibilidades é, ainda, importante destacar a construção da Nova Central de Camionagem, uma obra ímpar e que dignifica os utilizadores de transporte público que agora o podem fazer com qualidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- No entanto, referi inicialmente que o executivo conciliou esta política de investimento de capital com articulação com a política social e de apoio às famílias, nomeadamente com o Programa Municipal de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional, com o apoio aos jovens (mantendo as Bolsas de Estudo e criando o Cartão Jovem Municipal, com incentivos e descontos, nomeadamente nas creches municipais e que apoia todos os jovens do concelho que tenham até 30 anos), continuamos a apoiar o Associativismo Local, nomeadamente as IPSS (recentemente podemos orgulharmo-nos de termos inaugurado o Centro de Dia da Fajarda, obra muito importante para a população sénior desta freguesia e que contou também com o apoio financeiro da Câmara). No âmbito do apoio à população sénior, destacar ainda o protocolo realizado com a Cruz Vermelha para o serviço de teleassistência que visa apoiar idosos isolados e dependentes. --

----- Por fim, referir o grande investimento que a Águas do Ribatejo tem feito no concelho de Coruche, não só com a construção de ETAR's mas também no âmbito do saneamento. Estamos a falar de um investimento de mais de 10 milhões de euros no concelho e numa área que distingue o desenvolvimento de um concelho. É gratificante ver e ler "Sorria, o Sorraia está mais limpo!" -

----- 2011 é um ano com expectativas elevadíssimas. Podemos dizer hoje que o executivo socialista, com a liderança de Dionísio Mendes, continua a desenvolver o concelho porque o futuro traça-se hoje.-----

----- O futuro que desejamos para Coruche é que este seja um concelho desenvolvido, onde exista crescimento económico, mas também um concelho social em que o apoio às famílias faça parte de um plano integrado de desenvolvimento social. É assim com uma atitude empreendedora que é possível dar volta à crise. Neste sentido, o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente este documento."-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Gostava de fazer a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- Há pouco, foi referido por um dos Senhores Deputados que as Câmaras Municipais do PSD só têm protocolos com as Juntas de Freguesia da mesma côr. Gostaria de saber quais são. Que se dessem três ou quatro exemplos para ficar em acta e para não parecer poeira que se manda para tapar os olhos a quem está na Assembleia. Por outro lado, para podermos averiguar a veracidade da situação.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: O Deputado Municipal Francisco Gaspar fez uma interpelação em relação a uma afirmação do Deputado Municipal Joaquim Banha. Essa interpelação irá ficar em acta e o Deputado Joaquim Banha responderá se assim o entender. A Mesa não pode obrigar o Senhor Deputado a responder.-----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- O Presidente da Câmara referiu: É lamentável que o nível de discussão seja tão baixo e que os argumentos sejam repetidos na Assembleia depois de terem sido reproduzidos na Câmara, demagogicamente, e sem nenhum fundamento. -----

----- Dizer-se que as horas extraordinárias de 2001 têm a ver com o facto de existir mais trabalho na Câmara é verdade. Mas também é verdade que 2001 foi um ano eleitoral e também é verdade que a diferença é só de 140 mil euros. Em 2001 a Câmara tinha salários mais baixos e não tinha mais trabalhadores do que temos hoje e, mesmo assim, pagou 270 mil euros em horas extraordinárias. Em 2010 pagou apenas 137 mil euros. É uma diferença de cerca de 140 mil euros.

----- Acho muito bem empregue estes 140 mil euros na promoção do concelho de Coruche. As coisas não são transferíveis, mas se fossem transferíveis, temos aqui uma comparação que pode ter o seu sentido demagógico. É interessante pensarmos nisto. -----

----- Vêm aqui invocar que se gasta 156 mil euros em publicidade e fazem disso uma intervenção cheia de demagogia e sem argumentos. Na reunião de Câmara foi apresentado da mesma maneira. Isto serve para quem? Quem é que aqui ignora que na rubrica “publicidade” estão incluídas publicações obrigatórias em Diário da República, nos jornais das Comunidades e em jornais nacionais (concursos de pessoal, e que só isto representa provavelmente mais de metade ou metade desta rubrica). Também incluímos aqui a promoção do concelho de Coruche. -----

----- Aqueles exemplos que foram dados dos jornais têm a ver com uma campanha do MODCOM, que envolveu a Associação de Comerciantes, com financiamento para apoio e promoção do comércio local. Também ajuda um pouco a viver os jornais da terra, cria emprego e são importantes para manter a actividade social e económica do concelho. -----

----- O objectivo da Câmara Municipal é promover o concelho de várias formas, umas podemos chamar-lhe publicidade, outras são formas de atrair mais investidores e mais visitantes. Por exemplo, neste momento, há uma empresa de turismo que tem um programa “Coruche - Espírito Indomável”, que semanalmente traz 3 ou 4 autocarros com pessoas para visitarem Coruche. Isto é, visitar o Museu Municipal, o Núcleo Tauromáquico, a Igreja Nossa Senhora do Castelo, o Parque do Sorraia, a Escola Museu Salgueiro Maia, é almoçar nos restaurantes do concelho de Coruche. Quem é que ignora o papel de promoção que a telenovela teve para o concelho de Coruche? Aquele dinheiro foi mal empregue? Na minha opinião não foi mal empregue. Voltava a fazer o mesmo. Agora não venham demagogicamente tentar tirar quaisquer dividendos políticos porque isso não colhe. As pessoas não agarram isso. Neste momento, estamos a fazer uma promoção do concelho com outdoors na auto-estrada que se materializa depois em visitas ao concelho e em número de pessoas para os Sabores do Toiro Bravo. É uma forma de trazer pessoas a Coruche e é, de facto, importante para a economia local. É uma forma de promover o concelho. Não é um desperdício, é um investimento. Prefiro reduzir em horas extraordinárias e aplicar des-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

ta maneira.-----

----- Vou ter de recordar, porque quando vêm para aqui dizer que a rubrica tal não tem nada feito, eu prefiro ir pelo lado positivo e de, forma exaustiva, dizer o que fizemos: -----

----- Uma reparação profunda na Estrada da Lamarosa; -----

----- Iniciámos a construção do Centro Escolar de Coruche e executámos mais de 50% da obra, que vale mais de 2 milhões de euros; -----

----- Concluímos o Edifício Administrativo do Estádio Municipal; -----

----- Iniciámos a Ciclovia de Coruche ao Monte Velho; -----

----- Ajudámos a concluir e inaugurámos recentemente o Centro de Dia da Fajarda, no qual a Câmara investiu mais de 100 mil euros. Isto é apoio social; -----

----- Ajudámos na ampliação do Cemitério do Biscainho; -----

----- Inaugurámos a Sala Polivalente do Biscainho e financiámos a Junta de Freguesia para que fizesse aquela obra; -----

----- Foi construído, com apoio do Ministério da Educação, o Polidesportivo da Escola Secundária; -----

----- Instalação de painéis solares no Estádio, nas Piscinas e no Pavilhão Desportivo; -----

----- Estamos a apoiar a construção da Unidade de Serviços Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Coruche, que significa um investimento por parte da Câmara em cerca de 500 mil euros. É apoio social, apoio médico aos munícipes de Coruche e ao sistema de saúde. -----

----- Concluímos e inaugurámos a Estação Central de Camionagem; -----

----- Concluímos a Entrada Norte; -----

----- Concluímos a Entrada Nascente; -----

----- Iniciámos o processo de valorização das águas das Piscinas Municipais. -----

----- Estou perfeitamente de acordo com o Deputado Francisco Gaspar e com os outros Deputados que disseram que o investimento foi reduzido. Também gostava de ter investido muito mais. Mas estejam descansados que vamos investir muito mais em 2011, 2012 e 2013, porque os fundos comunitários que estão à nossa disposição não serão perdidos, embora depois venham dizer que se está a investir próximo das eleições. Que seja nos anos próximos das eleições. Nós não vamos deixar de fazer a nossa política, não vamos deixar de fazer as obras, logo que tenhamos os meios financeiros à nossa disposição. Temos capacidade de investimento, coisa que infelizmente algumas Câmaras não têm. Algumas nem sequer conseguem financiamento junto da banca. Nós temos muita pena de não ter feito mais. Vocês não têm pena, estão gloriosos, vêm para aqui com as chamadas “lágrimas de crocodilo”, a lamentar a falta de investimento da Câmara. Da nossa parte gostávamos de ter executado muito mais, mas estou satisfeitíssimo. -----

----- Não sei como é que o Deputado Francisco Gaspar descobriu neste documento, que é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

documento técnico, uma intervenção política. Aos técnicos que fizeram o documento não lhes conheço actividade política ou qualquer ligação partidária. Fizeram o documento e eu depois corriji algumas pequenas coisas, ainda com o meu estilo de professor, de uma vírgula ou outra e mais uma palavra de português, mais nada. Se isto é um documento político, que seja um documento político, não vou fazer caça às bruxas porque não estou à espera que dali saia algum adversário político e se sair muito bem. Acho que se explicou muito bem para quem tem uma formação nesta área e faz uma análise deste documento chamando-lhe um documento político. Na minha opinião, não é um documento político, é um documento técnico que ilustra a realidade. -----

----- Há uma questão que ninguém referiu e que é muito importante, apesar destas obras e destes investimentos de capital, a Câmara está disponível para continuar a dar muita importância a outros aspectos sociais e à forma como gere o pessoal. -----

----- Relativamente às despesas com pessoal, não crescem assim tanto porque também temos tido muita contenção na admissão de pessoal. Se formos ver o nosso quadro técnico, e ainda a propósito da lei que aplica uma redução que pode ir até 10% a quem ganha mais de 1.500 euros, apenas temos 24 pessoas no Município de Coruche nesta situação. Em 430 trabalhadores temos 24 pessoas nessa situação, incluindo os eleitos e os cargos de nomeação política. Se olharem para outros Municípios aqui à volta, alguns considerados “modelo”, vejam quantos técnicos ganham acima de 1.500 euros. Quando nos acusam de ser uma Câmara muito elitista e com muitos técnicos aqui está a prova como isso é redondamente falso. -----

----- O fundamental é que continuamos a dar importância às questões sociais mais básicas. Por exemplo, a Segurança Social fechou os serviços no Couço pois o funcionário reformou-se e não há movimento efectivo que justifique a abertura de um balcão. Foi contactada a Junta de Freguesia para a prestação de alguns serviços, no entanto esta não esteve disponível. Depois contactaram a Câmara, a qual está disponível para prestar os serviços na Delegação do Couço, em que a funcionária, acumulando com aquilo que faz e sem fazer horas extraordinárias, pode prestar o serviço. As pessoas do Couço que têm de fazer prova de que estão desempregadas e que têm de se deslocar de 15 em 15 dias ao balcão da Segurança Social, teriam de vir a Coruche. Essa era a alternativa se a Junta de Freguesia ou a Câmara não assumissem o serviço. A Câmara vai assumir esse trabalho. Qual é a dificuldade? É a funcionária ter o programa instalado no computador e dizer que o Senhor X está à sua frente? Se não for assim, ele tem de pegar no carro, na motorizada, ir à boleia ou de autocarro gastar dinheiro para vir a Coruche. Outro procedimento que é preciso fazer é ajudar os contribuintes ou as empresas que até ao dia 15 de cada mês têm de fazer o pagamento à Segurança Social. Neste caso, a funcionária não tem que receber dinheiro, só tem que ensinar o procedimento informático ou encaminhar para o banco ou para a caixa multibanco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

para fazer o pagamento. É só isto que é preciso fazer. Então o que devemos fazer? Não ajudamos as pessoas? É bonito falar de apoio social e de ajudar as populações, mas é preciso fazê-lo. Quando se põem as questões concretas nós resolvemo-las. -----

----- Assim, como por exemplo, e já foi desvalorizado por alguém essa intervenção, a Câmara tomou a iniciativa de pintar as paredes e uma porta do Posto da GNR do Couço. A Câmara assumiu uma reparação de requalificação do Posto da GNR do Couço e fizemos uma inauguração para dar um sinal e dizer publicamente que a Câmara acha muito importante pôr o Posto da GNR a funcionar. Neste momento tem dois efectivos, mas nós entendemos que para funcionar bem tem de ter mais. Não vale a pena escamoteá-la. Em Coruche, a GNR tem actualmente mais efectivos mas não chega a todo o lado. Não é importante a GNR preocupar-se com uma actividade económica como seja a recolha de pinhas ou a tiragem de cortiça? Agora a GNR está numa atitude de classe, protege os ricos e deixa os pobres? Não é disso que se trata. Comungo perfeitamente daquilo que foi dito, as pessoas têm de cumprir o seu dever, não é por isso que nós as elogiamos, mas quando elas fazem um pouco mais e com o seu esforço têm uma actuação concreta dirigida a um determinado objectivo, acho que devemos também reconhecer tal atitude. A GNR de Coruche fez um programa específico de combate ao roubo das pinhas. É inédito a nível nacional, tem o seu mérito, tem a sua importância, deve ser reconhecido e também deve ser trazido para a praça pública. Não é só pedir contas e exigir. Podiam estar no Posto de Coruche ou do Couço ou andar a fazer patrulha e não pensar nesta matéria, mas pensaram e fizeram um esforço. Acho que é fundamental para a nossa economia termos a sensação de segurança. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Doze**. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor do PS, sete votos contra da CDU e três abstenções (duas do MIC e uma do PSD), aprovar a Prestação de Contas referente ao Exercício de 2010 (Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão). -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar solicitou a palavra para apresentar uma declaração de voto. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou que o Deputado Francisco Gaspar não estava a apresentar uma declaração de voto, mas a fazer uma nova intervenção. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues solicitou a palavra para apresentar uma declaração de voto. -----

----- O Deputado Municipal Luís Alberto apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei contra este documento, apesar de transcrever a realidade e ser um documento bem elaborado, porque, tal como já referi na discussão do Orçamento para 2010, não contempla algumas obras na freguesia do Couço, as quais ficaram por executar. Daí o meu voto contra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Só queria relembrar dois exemplos que, se calhar, iam dar uma maior execução a estes documentos: O Parque dos Lagoiços (que anda há vários anos para ser feito) e a ponte das Courelinhas. A Câmara teve outras opções, mas estas obras são fundamentais para a freguesia do Couço e para quem lá vive”.-----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Quero chamar a atenção que as intervenções que foram aqui feitas pelos Deputados Municipais Francisco Gaspar e Armando Rodrigues não foram declarações de voto e não vão constar da acta.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Isso não pode ser. Isto é que é democracia? O Senhor não pode retirar declarações de voto.-----

----- O Primeiro Secretário referiu: Temos de disciplinar o que são as declarações de voto. Todos sabemos o que é uma declaração de voto, no entanto temos assistido nas últimas reuniões à tentativa de alguns dos Senhores Deputados utilizarem a figura da declaração de voto para fazerem novas intervenções. Os Senhores Deputados aproveitam a declaração de voto para fazer uma intervenção, uma resposta a alguém ou para esclarecer mais algumas coisas. A Mesa, como o Senhor Presidente da Assembleia já referiu, não vai aceitar essas declarações de voto.-----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira referiu: Mas há aqui coisas que são em defesa da honra. Algumas pessoas podem dizer o que quiserem e as outras pessoas não se podem defender?-----

----- O Primeiro Secretário salientou: Mas não invocaram a defesa da honra. Têm de invocar o estatuto da defesa da honra.-----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira afirmou: Já várias vezes nesta Assembleia me barraram a defesa da honra.-----

----- O Primeiro Secretário salientou: Um Deputado quando não concordar com a decisão da Mesa, poderá interpor recurso dessa decisão para o plenário. O plenário decidirá em última instância. Não vale a pena estarmos aqui eternamente a discutir se é ou não uma declaração de voto. A Mesa neste caso não considerou como declarações de voto as intervenções dos Deputados Francisco Gaspar e Armando Rodrigues.-----

----- Os Senhores Deputados se não concordarem podem interpor recurso para o plenário e o plenário decidirá.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Nós vamos interpor. O que eu exijo à Mesa é que fique em acta a decisão do Senhor Presidente da Assembleia de que vai eliminar as intervenções, que é para depois nós darmos seguimento.-----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: O Senhor Secretário pode estar a estudar o Regimento há muito tempo, mas é verdade que muitas vezes tenta-se silenciar os membros desta Assembleia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Treze**.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito do PS, sete de CDU e um do PSD) e duas abstenções do MIC, aprovar o Resultado Líquido do Exercício de 2010. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Catorze**. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor do PS, sete votos contra da CDU e três Abstenções (duas do MIC e uma do PSD), aprovar a I Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2011 por Incorporação do Saldo da Gerência Anterior. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO QUINZE - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL - RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO:-** Foi presente o ofício n.º 3535, de 20 de Abril de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 20 de Abril de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quinze por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com o facto de já termos sujeitado este assunto à aprovação da Assembleia e de existir agora a pretensão de fazer um concurso público internacional para fornecimento de gasóleo a granel tendo em conta a evolução do mercado. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quinze. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito do PS, sete da CDU e dois do MIC) e uma abstenção do PSD, rectificar a deliberação de 17 de Dezembro de 2010, passando a constar o seguinte teor: -----

----- A Assembleia deliberou autorizar o Município a celebrar um contrato para aquisição de gasóleo rodoviário a granel, com base num procedimento a realizar ao abrigo de um acordo quadro disponibilizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, de acordo com o artigo 257.º e seguintes do Código de Contratação Pública, ou ao abrigo de um concurso público, de acordo com o artigo 130.º e seguintes do Código de Contratação Pública, cuja despesa estimada ao actual preço do gasóleo é o seguinte: -----

----- 2011 - 149.997,46 € + IVA -----

----- 2012 - 359.993,90 € + IVA -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

----- 2013 - 209.996,44 € + IVA.” -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO DEZASSEIS - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-** Foi presente o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de 16 de Fevereiro a 15 de Abril de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Em relação à questão dos médicos no concelho, há a possibilidade da vinda de médicos Colombianos. Chegaram alguns no passado mês de Abril e está previsto chegarem mais em Maio. Aquilo que foi transmitido ao Presidente da Câmara Municipal de Coruche e ao Presidente do Conselho da ACES, em reunião com o Secretário de Estado, foi a certeza que os médicos desse contingente seriam afectos à área dos ACES, que dois vieriam para o concelho de Coruche e dessa forma seria possível reorganizar a actividade médica no concelho de Coruche e permitir a abertura do SUB. O que eu estou a dizer é a transmitir aquilo que o Secretário de Estado disse. Se alguém quiser deturpar e dizer que o Presidente da Câmara prometeu, desde já chamo a atenção que isso é falso. -----

----- Queria só lembrar que o drama que está a acontecer no concelho de Coruche e noutros concelhos tem muito a ver, e os gráficos são fáceis de entender, com o facto de termos tido durante anos um “deficit” de médicos o qual se vai ainda prolongar. Concretamente, em 1984 o número de vagas para licenciatura em medicina foram de 272, em 1985 de 272, em 1986 de 190, em 1991 de 445 e em 1994 de 485. Só a partir de 2004 é que estas vagas aumentaram significativamente e passaram para cima de um milhar. Em 2005 de 1245, em 2006 de 1347, em 2007 de 1400 e em 2010 de 1662. Não interessa quem eram os Governos. Não é isso que está em causa, mas é uma evidência do Sistema de Saúde em Portugal e que radica fundamentalmente no número de vagas abertas e numa atitude cooperativa da ordem dos médicos relativamente à protecção daqueles que estão no sistema. Não haver vagas em medicina significa parar a actividade. O Governo está a fazer, e bem na minha opinião, a contratação de médicos de Cuba, do Brasil e da Colômbia. Não me parece que haja falta de investimento do Estado na Saúde. Infelizmente, e é bom que se diga que a Ordem dos Médicos manifesta-se contra a próprio Ordem dos Médicos. Só a secção do norte aceita estes médicos e os inscreve e só a Faculdade de Medicina do Porto é que disponibiliza médicos professores para fazer exames a estes clínicos. Todas as outras Faculdades de Medicina do país recusam-se a fazer isso, e as outras secções da Ordem dos Médicos não aceitam a inscrição destes médicos que vêm do estrangeiro. Isto é inconcebível. -----

----- Em relação à questão das respostas da Câmara aos partidos políticos, dizer que as respos-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

tas seguiram no passado dia 19 de Abril para a Comissão Política do PSD e para o Senhor Vereador Isidro Catarino, que na sequência de uma reunião de Câmara também pediu esclarecimentos coincidentes com aqueles que a CDU tinha pedido na Assembleia. Portanto, demos resposta à oposição e às solicitações da oposição. -----

----- Há ainda uma questão que tem sido aqui levantada, como se fosse uma grande ilegalidade, e que se prende com o facto de a Câmara ter feito um contrato com uma empresa unipessoal que é titulada pelo Senhor Joaquim Banha. Isto é a transcrição do parecer técnico: “No caso concreto dos eleitos locais, apenas estão abrangidos por este regime de incompatibilidade a não possibilidade de fazer negócios, com o Município os Presidentes e Vereadores a tempo inteiro das Câmaras Municipais e os membros das Juntas de Freguesia que exerçam o seu mandato em regime de permanência a tempo inteiro - artigo 2.º da Lei 12/98 de 24 de Fevereiro, - ora, no caso em concreto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não exerce o cargo em regime de permanência a tempo inteiro, pelo que não existe incompatibilidade no seu sentido específico.”-----

----- E concluiu “Sou do parecer que o contrato de prestação de serviços em causa foi validamente celebrado.”-----

----- Não vale a pena andar com essas patologias e a agitar chavões de incompatibilidades e de ilegalidades. Este é o parecer técnico que sustenta a decisão do Município de Coruche fazer este contrato, o qual foi enviado para os Senhores que nos pediram explicações.-----

----- Em relação ao PSD, não quero entrar em polémicas, mas as explicações que demos agora já as tínhamos enviado a seu tempo para a Comissão Política do PSD. Não sei se se perdeu no caminho ou na sede do PSD. O que é um facto é que já as tínhamos apresentado. Há questões que não conseguimos responder, o Senhor Deputado Francisco Gaspar pode continuar a insistir, mas não temos respostas. Se quiser pode fazê-lo. Aliás, já o está a fazer frequentemente na RVS. Quando tomou posse, há cerca de um ano, declarou solenemente que não ia criar qualquer tipo de obstáculo ao trabalho municipal e que deixaria o executivo municipal exercer o seu mandato. Depois, no fim, fazia a sua avaliação. Já se esqueceu disso? Agora faz críticas abundantes, frequentes e infundadas na RVS. Tem toda a legitimidade para o fazer e como sempre a população julgará da bondade das suas afirmações e da justiça das mesmas.-----

----- Relativamente ao Relatório de Actividades, o mesmo é exaustivo pelo que dispense-me de usar mais tempo para explicar as acções que estão no documento. Todos tiveram acesso ao mesmo.-----

----- Foi afirmado que agora até sonegamos informação e que os Senhores Deputados não podem consultar os documentos. É completamente falso, tiveram direito a um CD e têm toda a informação sobre os documentos que vêm à Assembleia. Qualquer pessoa hoje sabe usar o computador e consultar essa documentação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

----- Da mesma forma se disse que as pessoas vêm para a Assembleia em branco, não consultaram a documentação. Também quando distribuíamos centenas e centenas de exemplares em papel muitos deles vinham dentro do envelope fechado e voltavam dentro do mesmo envelope fechado. Tanto faz ser em CD como em papel. Se não se abrir os documentos, não se consegue ver a informação.-----

----- Gostava que as críticas fossem justas, mas elas não o são. Quando se diz que os documentos não chegam a tempo e horas, gostaria de recordar que as deliberações de Câmara foram na Quarta-Feira e no mesmo dia todos os documentos foram reproduzidos. Na Quinta-Feira foram enviados para as pessoas pelos meios habituais que estão disponíveis. O líder do Grupo Municipal recebe toda a documentação em papel. Penso que não há falta de documentação.-----

----- Ainda ontem estive com um Presidente de uma Câmara Municipal bem perto de nós, e tive conhecimento que só ontem havia reunião de Câmara para aprovar assuntos que hoje iam à Assembleia. Os documentos de muitos concelhos são aprovados 1 ou 2 dias antes da Assembleia. Isso é que é dificultar o acesso à documentação. Nós fazemos as reuniões com 10 ou 8 dias de antecedência.-----

----- Percebo que sejam documentos áridos e alguns difíceis de entender, mas isso não é razão para as pessoas virem aqui invocar atrasos. Não houve atrasos, cumprimos todos os prazos.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: É para registar que não foi dada nenhuma explicação sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança. Sobre esta matéria a Assembleia tem também alguma soberania.-----

----- Relativamente à sonegação de informação, gostaria de recordar que na última reunião de Câmara os Vereadores da CDU só na hora é que consultaram alguns assuntos, por exemplo, o protocolo com a Segurança Social que o Senhor Presidente há pouco referiu como sendo uma questão muito importante. O órgão Câmara Municipal não é o Presidente da Câmara com as funções e as competências que a lei estabelece. A Câmara é um órgão colegial e como tal os protocolos têm de ser aprovados pelo executivo. Dou outro exemplo: o Plano de Urbanização da Herdade dos Fidalgos o qual também não estava disponível atempadamente. Com frequência os Vereadores da CDU têm dificuldade em obter a documentação. Eu recebi a convocatória com alguma documentação e o respectivo CD no passado dia 26 de Abril, três dias antes da Sessão. Não tenho aqui suscitado o problema, mas tem sido gradual a prática de reduzir os dias de antecedência com que os documentos são distribuídos. Existe um Regimento que estabelece obrigações e que devem ser cumpridas. A convocatória tem de ser enviada com dez dias de antecedência.-----

----- Relativamente ao contrato e ao parecer técnico com a empresa “Apelo à Razão”, não pohnho em causa esse parecer técnico, mas quero aqui dizer, no seguimento daquilo que disse na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

última reunião: para nós o Ministério Público é que irá pronunciar-se sobre se há ou não fundamento para ilegalidades. Há uma outra questão que está muito para além da ética e que é transparência e a clareza que têm de haver no tratamento destas questões. Quanto ao dossier da RVS, há mais questões e provavelmente numa próxima reunião irei abordar a situação.-----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Há aqui duas questões que o Presidente da Câmara abordou e que eu não posso deixar passar sem prestar alguns esclarecimentos. A Ordem dos Médicos não pode interferir nos números de vagas que as Universidades abrem. Trata-se de decisões políticas. Os Governos da altura decidiram reduzir as vagas ao longo dos anos e mais tarde é que decidiram abrir mais vagas. Não foram decisões da Ordem dos Médicos. Se os políticos se sujeitam à pressão dos lóbis isso é outra coisa. Se tal acontece é porque os políticos são fracos. É ver quais foram os partidos que estiveram no poder nessa altura.-----

----- Em relação à empresa Unipessoal da RVS, não está em causa, de modo nenhum, a sua legalidade. A meu ver, penso que não se pode colocar a questão nessa vertente. Pode é colocar-se aqui uma questão moral. Eu também tive um jornal em Coruche e deixei de ser director no dia em que decidi candidatar-me pelo MIC a Deputado Municipal. É uma decisão da Câmara. É lícita. Agora pode é não ser moralmente aceite aos olhos de muita gente. Acho que do ponto de vista ético e moral podiam ter sido acauteladas outras formas que não suscitassem estas dúvidas. Penso que o Senhor Deputado Joaquim Banha, com os 70 anos que fez, não precisaria disto, nem a RVS e muito menos a Câmara. Não acredito que a Câmara utilize a rádio para manipular informação ou para fazer publicidade. Há coisas que deveriam feitas de outra forma.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Em relação ao Relatório de Actividades do Município, tive o cuidado de ler as obras que estão a ser efectuados pela Câmara.-----

----- O ano passado, por duas vezes, os Deputados Municipais desta Assembleia foram convidados a visitar algumas obras do Município. Quando visitamos as obras ficamos com mais sensibilidade para o que se passa em termos de desenvolvimento. Houve Deputados que entenderam não ir visitar as obras. É uma decisão deles, mas é pena porque tinham ficado com uma informação maior.-----

----- Queria destacar três das obras que vêm aqui descritas e que são importantes para o Município: O Quartel dos Bombeiros que está no início da sua construção. Uma obra que há muitos anos vinha sendo anunciada pelos executivos anteriores, desde os anos 80. Ainda bem que já está em construção. É uma obra que faz muita falta para o concelho de Coruche.-----

----- A outra obra é a construção do Centro Escolar de Coruche que fazia falta no concelho e que, neste momento, já está a decorrer a sua construção.-----

----- O Edifício Administrativo do Estádio Municipal foi uma obra polémica, mas já se encontra concluída a sua construção e entregue ao Grupo Desportivo “O Coruchense”, através de pro-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

tocolo assinado no passado dia 25 de Abril. Penso que também é importante esta obra para o Município.-----

----- Por último, o trabalho que está a ser feito no âmbito do ambiente, desde as ETAR's que não têm directamente a ver com a Câmara, mas que de uma forma indirecta da Câmara foi envolvida na sua construção e outras obras e outros investimentos na área do ambiente que, na minha opinião, são bastante importantes para o concelho. Por vezes, passamos um pouco ao lado daquilo que é o ambiente, quando é um dos aspectos mais importantes e que temos de preservar em termos de futuro.-----

----- Não podia deixar passar aqui estas obras feitas pelo Município que em boa hora mereceram a aposta do executivo.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Já o referi há pouco, e volto a referir, que sempre que estejam em causa os interesses do Município, naturalmente, o executivo conta com a minha solidariedade e com a solidariedade do PSD.-----

----- Recordo, por exemplo, quando foi a adesão à Águas do Ribatejo. Poderia invocar muitos outros. -----

----- Quanto a declarações minhas na RVS, não me recordo. Agradecia que o Senhor Presidente informasse quais são. Há muito tempo que a RVS não passa nada do PSD. -----

----- Relativamente ao contrato entre o executivo e a tal empresa unipessoal, de que nós solicitámos o parecer técnico, o Senhor Presidente da Câmara disse que nos enviou o mesmo no dia 19. Apenas recebemos correio da Câmara no dia 18, mas não em relação ao contrato nem ao parecer técnico. É estranho. Disse ainda que se extraviou no correio ou na sede do PSD, talvez seja uma das duas razões. -----

----- Por fim, não sei se terei mais possibilidade de falar, porque pelos vistos agora o Senhor Presidente da Mesa faz o que quer. Isto é uma ditadura. Tendo conhecimento das listas de Deputados do distrito dos vários partidos, aproveito para saudar a inclusão de alguns conterrâneos nossos. Na lista da CDU a Liliana Sousa e o Rui Aldeano. Na lista do PS a Mara Coelho. Finalmente, na lista do PSD a Liliana Pinto. Acho que é importante a nossa representação ao nível do distrito. Deixava esta saudação especial às várias forças partidárias de Coruche. São 21 concelhos e alguns partidos até tiveram de receber candidatos de fora do distrito. Felizmente não foi o caso do PSD. Acho que é muito importante colocar pessoas do nosso concelho. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Sobre a entrega dos requerimentos que não chegaram às forças políticas, já não é a primeira vez que essa situação acontece. Senhor Presidente há a forma de correio registado. -----

----- O Presidente da Assembleia sublinhou: Temos que analisar essa questão.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Penso que realmente estamos a assentar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

Aceito que as discussões sejam acesas, mas não pode haver faltas de educação, isso é mau e não nos leva a lado nenhum e, depois, já não se sabe onde está a razão. Era só uma chamada de atenção. -----

----- Queria dizer que tenho vindo a reparar, ao longo do tempo em que o PS está a gerir esta Câmara, que é raro a bancada do PC votar, uma vez sequer, a favor do Orçamento ou da Prestação de Contas que são feitas pelos técnicos. Penso que há aqui uma carreira política cega para votar contra. Acho que não poderá ser assim. Estive como Vereador durante quatro mandatos e recorde-me de só ter votado uma vez contra o Orçamento.-----

----- Parece que finalmente o Deputado do PSD está esclarecido.-----

----- Eu disse aqui porque é que não votava a favor daquela Moção dos médicos. Está no ar quem é hoje o responsável por não haver mais médicos no país. Na altura, quem estava no Governo era o Cavaco Silva e depois foi o PS que deu continuidade.-----

----- Em relação à empresa “Apelo à Razão”, já esclareci os Senhores do PC e agora quero esclarecê-lo a si. A Assembleia da Rádio dos Cooperantes, da qual fazem parte elementos do PSD, é que decidiu que devia ser o Joaquim Banha. Pergunte isso ao José Manuel Potier. Eu não queria ser. Portanto, que isto fique claro. Pergunte ao seu camarada. Camarada não, companheiro. -----

----- Desejo que o próximo Relatório de Actividades traga mais obras em relação à freguesia de Santana do Mato. -----

----- O Presidente da Câmara sublinhou: Quando vão à reunião de Câmara assuntos para além da Ordem do Dia, eles são devidamente destacados e eu pergunto aos Senhores Vereadores se concordam com a admissão dos mesmos e, sistematicamente, é concedido num período para a sua análise. Por vezes, não é possível que estejam disponíveis com 48 horas de antecedência. São fotocopiadas pela CDU, ao longo do ano, milhares de páginas de documentação. Os documentos que não estão prontos para a CDU não estão prontos para o PS. -----

----- O Regimento desta Assembleia não se pode sobrepor à lei geral do país. A lei não prevê 10 dias de antecedência, portanto, não tem que se cumprir os 10 dias, supera o que está na lei. É ilegítima essa pretensão. Quando é possível muito bem, quando não é possível não é. Tínhamos feito uma reunião na Quarta-Feira anterior e ainda íamos fazer outra reunião. Para além do mais, neste caso concreto, a consulta pública de um dos planos terminou exactamente no dia 19 de Abril e não se podia fazer uma reunião antes de terminar a discussão pública. Fizemos a reunião na data possível. Na minha opinião houve perfeitamente tempo para análise dos documentos. ----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Em relação ao envio da documentação, a convocatória saiu dentro do prazo e depois havia alguma documentação que ainda tinha de ser aprovada pela Câmara, mas no dia a seguir à reunião do executivo, ou seja, oito dias antes da sessão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011

Assembleia (o prazo que a lei prevê) a restante documentação foi enviado pelo correio. Admito que parte da documentação, devido a este role de feriados, tenha chegado com algum atraso. A Deputada Liliana Sousa referiu que só recebeu a documentação na Quinta-Feira e o Primeiro Secretário disse que a recebeu na Terça-Feira, mas tudo saiu para o correio no mesmo dia.-----

----- Quanto à questão de se sonegar informação à Assembleia, nunca se sonegou qualquer informação. A Mesa tem uma preocupação muito grande em termos de economia de custos. No entanto, mandamos para o Grupo Municipal toda a documentação. Esse argumento de que não damos a informação não colhe. -----

----- Só um reparo ao Deputado Municipal Francisco Gaspar, porque só por brincadeira ou pelo adiantar da hora, afirmou que a Mesa é ditatorial ou que está em ditadura de exercício. Não é minimamente verdade. Para além dos aspectos políticos, ele conhece-me há muitos anos e sabe perfeitamente que não é essa a minha maneira de ser.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- Da parte do público ninguém manifestou interesse em usar da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão, às duas horas e trinta e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Acta, que eu, Nelson Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário, subscrevo: -----

O Primeiro Secretário

 O Presidente da Assembleia Municipal
